

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Departamento de Educação  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL  
E DESENVOLVIMENTO LOCAL - POSMEX**

**ROSA MARIA SARAIVA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO PESQUEIRA PARA O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL:**

Estudo das Estratégias de Comunicação dos Projetos Renascer (PCPR II) e PROMATA (Peixe de Rede) nas Comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, Goiana - Pernambuco.

**RECIFE – PERNAMBUCO  
2008**

**ROSA MARIA SARAIVA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO PESQUEIRA PARA O  
DESENVOLVIMENTO LOCAL:**

Estudo das Estratégias de Comunicação dos Projetos Renascer (PCPR II) e PROMATA (Peixe de Rede) nas Comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, Goiana - Pernambuco.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob a orientação do Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou.

**RECIFE – PERNAMBUCO  
2008**

## Ficha catalográfica

S243p Saraiva, Rosa Maria.  
Políticas públicas e extensão pesqueira para o desenvolvimento local: estudo das estratégias de comunicação dos projetos Renascer (PCPRII) e Promata (Peixe de Rede) nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, Goiana – Pernambuco / Rosa Maria Saraiva. -- 2008.  
101 f.: il.

Orientador : Angelo Brás Fernandes Callou.  
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Educação.  
Inclui referência, anexo, e apêndice.

CDD 630.717 (16. ed.)

1. Políticas públicas
2. Estratégias de comunicação
3. Extensão pesqueira
4. Desenvolvimento local
5. Goiana (PE)
  - I. Callou, Ângelo Brás Fernandes
  - II. Título

**ROSA MARIA SARAIVA**

## **POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO PESQUEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL:**

Estudo das Estratégias de Comunicação dos Projetos Renascer (PCPR II) e PROMATA (Peixe de Rede) nas Comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, Goiana - Pernambuco.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco, com parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Aprovada pela Banca Examinadora em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2008.

---

Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou – Orientador  
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

---

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão  
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

---

Profa. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida  
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

---

Profa. Dra. Laura Susana Duque-Arrazola  
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

**DEDICO**

Aos meus irmãos, Naza, Filoca, Gregório, Jorge e Alvino ao marido e companheiro Adriano, que foram os maiores incentivadores em minha desafiadora caminhada.

## **OFEREÇO**

Ao meu pai (*in memoriam*) como pescador me ensinou a dar valor a cada conquista na vida. A minha mãe que, nascida em uma comunidade de pescadores, recorda-me momentos de aprendizado.

## AGRADECIMENTOS

O meu fraterno agradecimento aos comunitários de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, em especial Josefá Carvalho, Lúcia dos Santos, Maria José Pereira e Maria de Lurdes Rodrigues que me receberam com muito carinho, mulheres com muita força, garra e vontade de mudança.

Ao Prof. Angelo Brás Callou, que orientou e deu uma grande contribuição para a realização desse trabalho, ajudando, colaborando e incentivando para mais essa etapa de minha formação profissional.

Aos professores do POSMEX Rosário Andrade, Irenilda Lima, Betânia Maciel, Salett Tauk, Paulo de Jesus e Marcelo Sabattini, pelo descortinar de novos horizontes numa sociedade marcados por finitudes sócio culturais.

À amiga Dra. Ana Rosa Araújo, na convivência de nossas experiências aprendemos juntas o valor de uma grande amizade.

Ao amigo Josenildo de Souza e Silva, pelo apoio e amizade e por acreditar na realização deste sonho.

À Profa. Dra. Zélia Pimentel pelo incentivo e apoio neste trabalho.

Ao Prof. Dr. Henrique de Barros pela colaboração e incentivo.

À mana Ana Clara Costa e família, pela amizade, aconchego, adaptação e convívio familiar em Pernambuco.

Ao colega pernambucano Antônio Ferreira, companheiro do mestrado que me incentivou e ajudou nos momentos difíceis e nas horas alegres dessa jornada.

Ao colega e companheiro Genival Vicente, pelos momentos de grandes aprendizados.

Aos colegas do mestrado Marcílio José e Gilvanice Marques pelo companheirismo e solidariedade.

À amiga e irmã Lucinda Pereira, pela amizade e confiança meu eterno agradecimento.

Ao Sr. Sotero e família, pelo carinho e aconchego familiar.

Aos irmãos Pernambucanos Caio Dias, Edílson Carneiro e Sandra da Silva, com amizade e experiência de vida souberam colaborar com este trabalho.

À amiga e vizinha Ivanise Damasceno, uma mulher especial que encontra na paciência a sabedoria de vida.

Aos amigos paraenses e companheiros (as) de caminhada Nilce Castro, Ronaldo Silva, Rosete Oliveira e Francisco Pereira que na convivência da graduação e mestrado aprendemos a acreditar que tudo na vida é possível.

À Engenheira de Pesca Andréia Teixeira, pela colaboração, paciência e informações com este trabalho.

Às amigas paraenses Andreia Cristo, Rosa Rodrigues e Roseli Rodrigues, pelo apoio, carinho e por tornarem a minha morada em Recife mais Paraense.

Ào amigo e irmão João Agnelo Saraiva pelo incentivo e colaboração na minha jornada acadêmica.

Aos filhos e sobrinhos Andréia Saraiva, Felipe Saraiva, Ingrith Saraiva, Yon Saraiva, Laura Saraiva, Heliza Saraiva, André Saraiva, Geovana (Preta), Joycilene Saraiva e Gustavo Saraiva, pelo amor e carinho.

Aos técnicos e gestores do Promata e Renascer que colaboraram para a finalização desse trabalho, contribuindo com as suas entrevistas e experiência com o trabalho em comunidade.

Agradeço a Deus pela sua infinita bondade e por colocar todos vocês em minha caminhada.

**MUITO OBRIGADA A TODOS (AS)!**



Olhe cada caminho com cuidado e atenção,  
Tente quantas vezes julgar necessárias.  
Então faça a si mesmo e apenas a si uma pergunta:  
possui esse caminho um coração?  
Em caso afirmativo, o caminho é bom.

Carlos Castañeda

Não me corresponde conhecer cada um dos  
cravos do navio, mas sim comunicar  
aos homens o fascínio do mar"  
(Antoine de Saint-  
Exupéry, Ciudadela, Emecé, Buenos Aires, 1951)

## RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar as estratégias de comunicação utilizadas pelo *Programa de Combate à Pobreza Rural*, do Projeto Renascer, e pelo *Projeto Peixe de Rede*, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata), nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, Município de Goiana, Pernambuco. Trata-se de um estudo de caso, de natureza qualitativa, apoiado em procedimentos metodológicos utilizados pelas instituições acima citadas, por meio de consulta a documentos institucionais e entrevistas semi-estruturadas, distribuídas por categorias para análise. Para tanto, o estudo contou com o aporte teórico no que diz respeito à Extensão Pesqueira, Desenvolvimento local e Comunicação. Embasamos este estudo na seguinte questão: quais os resultados obtidos por meio de uma terceirização de serviço de Extensão Pesqueira do Projeto Renascer e Promata nas comunidades e qual a relação desses resultados com a temática da estratégias de comunicação para a desenvolvimento local? A pesquisa contou com um universo amostral de vinte atores sociais locais, cinco técnicos e dois gestores dos programas Renascer e Promata. Para a pesquisa de campo, foram utilizadas entrevistas individuais realizadas com gravação em áudio. A análise dos dados possibilitou visualizar como as estratégias de comunicação foram utilizadas para o desenvolvimento desses projetos. As estratégias de comunicação aparecem de maneira muito incipiente, favorecendo resultados pontuais que ainda não contemplam às reais necessidades dessas comunidades que se utilizam das atividades pesqueiras para garantir melhores condições de vida para a comunidade e as futuras gerações.

**Palavras-Chave:** Estratégias de Comunicação, Desenvolvimento Local, Extensão Pesqueira.

## ABSTRACT

This study aimed to analyse the strategies of communication used by the Program of Combat to the Rural Poverty, of the Renascer Project, and for the Peixe de Rede Project, of the Sustainable Development Program in Pernambuco Forest Zone (PROFOREST), in the communities Atapuz, Barra de Catuama and Tejucupapo, Goiana district, Pernambuco. It this case study of qualitative nature, supported of the methodologist proceedings used by the institutions, quoted above, through institutional documents reading and interview semi - structuralized, distributed by categories for analysis. The study had as theoretical concepts scientific boarding in the aspect of the Fishing Extension, local Development and Communication. We base this study in the research problem: which results gotten by service of Fishing Extension of the Renascer and Promata Projects in the communities? And which relation of these results with the thematic of the communication strategies for the local development? The research counted on a amostral universe of twenty local social actors, five technician and two managers of the Renascer and Promata programs. There was used individual interviews carried out with carving and photographic register, to the field work The analysis of the content, applied to the data obtained through the interviews made possible to visualize like the strategies of communication they were used for the development of these projects. The communication strategies appear very incipient, it still favoring punctual results what does not contemplate the real necessities of these communities that use fishing activities guarantee of better conditions of life for the community and future generations.

Keywords: Communication Strategies, Local Development, Fishing Extension.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ATER- Assistência Técnica de Extensão Rural

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPRH – Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PCPR II – Programa de Combate à Pobreza Rural II

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

POSMEX – Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural de Desenvolvimento Local

PROMATA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata em Pernambuco

PRORENDA – Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Pernambuco

PRORURAL- Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

RENASCER – Nome fantasia do PRORURAL

SEAP/PR – Secretária Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República

SEPLAN – Secretaria de Planejamento de Pernambuco

SEPLANDES – Secretaria de Planejamento de Desenvolvimento Social do Estado de Pernambuco

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

# LISTA DE ILUSTRAÇÃO, GRÁFICO E QUADRO

Figura 1- Localização do Município de Goiana.....	31
Gráfico 1- Distribuição de participantes por sexo nos projetos em 2006.....	51
Quadro 1- Cadeia produtiva do pescado.....	63

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	16
O problema, sua origem e importância e o processo de investigação.	
<b>1- POLÍTICAS DE EXTENSÃO PESQUEIRA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMUNICAÇÃO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS</b>	24
<b>2- O MUNICÍPIO DE GOIANA E AS COMUNIDADES DE ATAPUZ, BARRA DE CATUAMA E TEJUCUPAPO.</b>	31
<b>3- POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA EM PERNAMBUCO.</b>	42
<b>4- ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DO PCPR II E PROMATA (PEIXE DE REDE) NO MUNICÍPIO DE GOIANA.</b>	56
4.1. Extensão Pesqueira: a intervenção em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo.	59
4.2. Fragilidades da participação	66
4.3. Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo: perspectivas de futuro	75
<b>5- CONCLUSÕES</b>	80
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	84
<b>APÊNDICE – A - Roteiro de entrevista semi-estruturada</b>	90
<b>APÊNDICE – B - Fotos</b>	92
<b>Foto 01:</b> Comunidade de Atapuz – Goiana – Pernambuco	92
<b>Foto 02:</b> Colônia dos Pescadores Z 15 – Atapuz – Goiana - Pernambuco	92
<b>Foto 03:</b> Área de Beneficiamento do Pescado – Colônia de Pescadores – Atapuz – Goiana - Pernambuco	93
<b>Foto 04:</b> Pescadores de Atapuz em atividade na pesca - Goiana - Pernambuco	93
<b>Foto 05:</b> Pescadora com petrechos de trabalho - Atapuz – Goiana Pernambuco	94
<b>Foto 06:</b> Secagem do peixe - Atapuz – Goiana – Pernambuco	94
<b>Foto 07:</b> Igreja Nossa Senhora da Penha – Barra de Catuama – Goiana Pernambuco	95
<b>Foto 08:</b> Associação dos Pescadores – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco	95
<b>Foto 09:</b> Sub-Sede Colônia Z 3 – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco	96
<b>Foto10:</b> Caixa de Abastecimento de Água – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco	96

<b>Foto 11:</b> Caiçara dos Pescadores – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco	97
<b>Foto 12:</b> Pesca artesanal - Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco	97
<b>Foto 13:</b> Pesca do siri – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco	98
<b>Foto 14:</b> Beneficiamento artesanal do siri – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco	98
<b>Foto 15:</b> Monumento em homenagem as heroínas de Tejucupapo – Goiana - Pernambuco	99
<b>Foto 16:</b> Comunidade de Tejucupapo - Goiana - Pernambuco	99
<b>Foto 17:</b> Monumento em homenagem – Maria Camarão – Tejucupapo - Goiana - Pernambuco	100
<b>Foto 18:</b> Colônia de Pescadores de Tejucupapo – Z - 17- Goiana - Pernambuco	100
<b>Foto 19:</b> Maquinário da Colônia de Tejucupapo Z-17- Goiana - Pernambuco	101
<b>Foto 20:</b> Marisqueiras de Tejucupapo - Goiana - Pernambuco	101

## INTRODUÇÃO

### O PROBLEMA, SUA ORIGEM E IMPORTÂNCIA E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

O objetivo desta pesquisa é analisar as estratégias de comunicação utilizadas pelo *Programa de Combate à Pobreza Rural*, do Projeto Renascer, e pelo *Projeto Peixe de Rede*, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata), nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, Município de Goiana, Pernambuco. Especificamente, pretende-se analisar as contribuições desses projetos governamentais para o desenvolvimento local, no âmbito da Extensão Pesqueira, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2006.

O Projeto Renascer, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado de Pernambuco, hoje sob a marca Prorural, da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado, incorporou, por meio do Programa de Combate à Pobreza Rural, particularmente na sua segunda fase (PCPR II), as atividades de pesca e aquicultura como estratégia de desenvolvimento local das comunidades rurais e pesqueiras. Os esforços para apoiar essas atividades firmaram-se mediante financiamento para construção de galpões, aquisição de barcos, apetrechos de pesca, tanques-rede, fábrica de gelo, além de prestar assessoria organizacional a associações e colônias de pescadores. (CALLOU, 2004).

Preocupado em estabelecer um novo planejamento de Extensão Pesqueira no âmbito do PCPR II, o Projeto Renascer realiza, em 2004, mediante contrato de consultoria, avaliação das atividades de pesca e aquicultura que realizou em todo o Estado de Pernambuco, de 1997 a 2001 (PCPR I), e de 2002 a 2004, com o PCPR II. O Renascer ressentia-se, no âmbito do setor pesqueiro, de um patamar mínimo de informações, que pudesse sinalizar os avanços e recuos de suas intervenções no Estado, para estabelecer ações prioritárias no campo da Extensão Pesqueira (CALLOU, 2004, p. 9). Nessa perspectiva, o Renascer reafirmava a importância da pesca e da aquicultura como atividades também propulsoras do desenvolvimento local, objetivo maior da política de combate à pobreza rural. Assim se expressa o PCPR do Projeto Renascer no seu documento básico:



Através desse programa, o governo do Estado pretende discutir com a sociedade e governos locais as prioridades de desenvolvimento municipal e microrregional, articulando as ações que possam promover o desenvolvimento descentralizado. (Projeto Renascer, 2000, p. 14).

As avaliações realizadas, em 2004, sobre os projetos para pesca e aqüicultura do Projeto Renascer, revelaram o insucesso no que se refere à continuação dessa política no campo da Extensão Pesqueira para o desenvolvimento local. O que se observou foi um descompasso entre os objetivos produtivos do Projeto Renascer e o rudimentar nível de organização das associações envolvidas para responder às exigências de gestão desses empreendimentos. Assim se refere o relatório de avaliação:

Os dados apresentados ao longo deste relatório apontam, principalmente, para aspectos recorrentes vivenciados pelos contextos populares excluídos do meio rural brasileiro: a fragilidade organizacional dos associados e cooperados na dinâmica das suas entidades de representação social e produtiva. Observa-se que, por maiores que sejam os esforços – teóricos e práticos – das organizações governamentais e não-governamentais para promover o desenvolvimento social desses contextos desfavorecidos, via mobilização e participação popular, as respostas das comunidades às ofertas de mudança social nem sempre (para não dizer na maioria das vezes) coincidem com os objetivos das organizações promotoras.” (CALLOU, 2004, p. 46).

O resultado dessa avaliação possibilitou ao Projeto Renascer construir uma Matriz de Planejamento para o desenvolvimento de ações de Extensão Pesqueira, cujo objetivo era, de um lado, o de reestruturar os projetos já financiados e, de outro, viabilizar novos conceitos de apoio ao desenvolvimento dos pescadores e suas comunidades, por meio de financiamentos de projetos produtivos e infra-estruturais. Uma das principais mudanças foi a extinção de financiamento para construção de unidades de beneficiamento do pescado, substituindo-as pelo que se chamou de “Entrepasto Básico de Recepção”, ou seja, galpão com sala para recepção para lavar, eviscerar, filetar o pescado, resfriá-lo e armazená-lo em *freezers*. Na verdade, procurava-se, a partir da nova matriz de planejamento, não incorrer nos erros passados, particularmente no que diz respeito às unidades de beneficiamento construídas nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, no Município de Goiana.

As unidades de beneficiamento do pescado dessas três comunidades do Município de Goiana representaram um desafio às ações que seriam implementadas pela Extensão Pesqueira do Projeto Renascer, a partir da Matriz de Planejamento para o período de junho a dezembro de 2004. Os desafios prendiam-se ao fato de as avaliações realizadas terem revelado certo estado de letargia nesses empreendimentos. Em Atapuz, na Colônia de pescadores Z-15, foi encontrada uma diversidade de instrumentos na unidade de beneficiamento (peças de rede, balanças, fogão, serra elétrica, embaladora de peixe, mata-moscas, moedor, caixas plásticas para transporte do pescado) que nunca foram utilizados. Exceto a fábrica de gelo e os *freesers* estavam em funcionamento (CALLOU, 2004).

Na Colônia de Pescadores Z-17, de Tejucupapo, o quadro não era muito diferente do encontrado em Atapuz. Apenas a fábrica de gelo e os *freezers* estavam sendo utilizados. A justificativa de falta de funcionamento adequado da unidade de beneficiamento prendia-se ao caráter recente da aquisição dos instrumentos necessários.

Em Barra de Catuama, a situação parecia mais desafiadora ao trabalho de Extensão Pesqueira, à medida que somente o prédio para instalação da unidade de beneficiamento do pescado havia sido construído. A aquisição de todo o aparato instrumental para o funcionamento da Unidade estava a depender, a quase seis meses, da Colônia de Pescadores Z-3, de Pontas de Pedra, à qual Barra de Catuama está vinculada como subsede. A Z-3 encontrava-se com uma série de pendências no Projeto Renascer, que impediam aos pescadores de Catuama terem a sua unidade de beneficiamento do pescado consolidada. (CALLOU, 2004).

Ao lado dessas implicações de ordem “burocrática”, as avaliações mostram, ainda, que as três comunidades estavam fragilizadas do ponto de vista organizacional. Em todo caso, os diversos problemas apontados, vão desde a frágil habilidade dos associados para gerenciar uma unidade de beneficiamento como empreendimento econômico, até às dificuldades históricas de organização sociopolítica para uma participação mais efetiva na vida das colônias. (CALLOU, 2004).

Certos aspectos requerem, do ponto de vista da Extensão Pesqueira na perspectiva do desenvolvimento local, uma ação no campo da comunicação para a mobilização dos pescadores (CALLOU, 2004). Estudos recentes revelam que as

organizações governamentais e não-governamentais vêm dando pouca atenção a essa dimensão da ação extensionista. (CALLOU & BRAGA, 2005; NETO, 2007). A falta dessas ações comunicacionais das organizações governamentais e não-governamentais compromete a participação dos atores sociais nos processos de mobilização para o desenvolvimento local em projetos produtivos como os que são desenvolvidos nessas comunidades.

Após seis meses de atividades de Extensão Pesqueira em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, os resultados obtidos foram rudimentares. As unidades de beneficiamento do pescado continuaram funcionando parcialmente. O reduzido corpo técnico de Extensão Pesqueira do Projeto Renascer, para dar conta de todas as ações na área de pesca de sua abrangência em Pernambuco, foi um dos argumentos utilizados pelo Renascer para contratar consultoria específica a fim de atuar de forma pontual naquelas comunidades. Por outro lado, o Renascer, ao reconhecer a importância da pesca artesanal no Município de Goiana, não admitia que investimentos daquela envergadura se tornassem obsoletos.

Concluídos os trabalhos de consultoria em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, avaliou-se que as ações nessas comunidades deveriam ter continuidade por mais algum tempo. Assim, o Projeto Renascer, em parceria com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata), elaborou, por meio daquela mesma consultoria, o *Projeto Peixe de Rede*. Um dos argumentos dessa parceria era o de que o Município de Goiana estava no campo de abrangência do Promata. Portanto, uma ação conjunta na esfera governamental era bem-vinda, considerando, sobretudo, que nos processos de desenvolvimento local, como desejam essas organizações, a participação dos atores sociais é condição fundamental. Nessa perspectiva, Tauk Santos (2002) enfatiza que o desenvolvimento local tem levado a novos arranjos institucionais e estabelecimento de parcerias com os atores sociais e que cabe à Extensão Rural contemporânea o papel de promover a concertação, ou seja a articulação entre os atores envolvidos.

A esse propósito, o desenvolvimento local, segundo Franco (2000), diz respeito à mudança social e reestruturação organizacional, compatibilizando o crescimento e eficiência econômica, assegurando a conservação ambiental com equidade social do uso sustentável dos recursos naturais, referindo aos processos

de melhoria da qualidade de vida, que assegure sua contribuição para o desenvolvimento local.

Nesses termos, pensar o desenvolvimento local no âmbito da Extensão Rural e Extensão Pesqueira contemporâneas exige planejar as estratégias de comunicação, pois é por meio delas que é possível instaurar processos de mobilização e participação dos atores sociais em suas diferentes instâncias. Rabelo (2003), a partir dos estudos de Toro, explicita, pelo menos, três personagens fundamentais nos processos de mobilização popular. São eles: o *Produtor Social*, organização que tem condições econômicas, técnicas e profissionais para atuar localmente; o *Reeditor Social*, pessoa que tem capacidade para introduzir, modificar e rejeitar mensagens na sua área de atuação, e o *Editor*, instituição ou indivíduo com a tarefa de estruturar informações à mobilização.

Considerando que as organizações empenhadas em promover o desenvolvimento local não elaboram, efetivamente, como já nos referimos, um planejamento da comunicação para sua ação territorial, e mesmo alguns autores especializados no assunto façam pouca alusão a essa dimensão do processo, como é o caso de Buarque (apud CALLOU e BRAGA, 2005), é de se perguntar sobre os resultados das intervenções de Extensão Pesqueira do Projeto Renascer e Promata em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo. Esse aspecto parece relevante, considerando a importância atribuída à pesca como vetor de desenvolvimento local dessas comunidades.

É dentro desse cenário teórico e empírico que emergem as seguintes questões: quais os resultados obtidos por meio de uma terceirização de serviço de Extensão Pesqueira do Projeto Renascer e Promata nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, e qual a relação desses resultados com as estratégias de comunicação para a mobilização? Essas implicações parecem oportunas como pergunta de pesquisa acadêmica, à medida que esforços estão sendo empreendidos pelos pesquisadores para consolidar, do ponto de vista teórico, a perspectiva da Extensão Rural e Pesqueira voltada para o desenvolvimento local dos contextos populares desfavorecidos. Portanto, ao se afastar dos ditames da teoria da Difusão de Inovações, a Extensão Rural procura, atualmente, alinhar-se aos estudos contemporâneos latino-americanos da Comunicação. Esses estudos têm revelado a importância das culturas populares locais nos processos de

desenvolvimento. São vários os resultados de pesquisa que já sinalizam no campo da Extensão Rural, e também Pesqueira, o lugar e as implicações dessas culturas, particularmente no contato com as organizações governamentais.

Nesse sentido, o presente estudo vem na esteira dessas preocupações e se enquadra na linha de pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Faz parte, ainda, de um projeto de pesquisa mais amplo, financiado pelo CNPq – *Pescando Pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local* –, desenvolvido pelo POSMEEX, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

Ao lado disso, soma-se, às minhas preocupações, o interesse com a temática da pesca, que se configura desde a adolescência como filha de pescador e mãe nascida em uma comunidade pesqueira. Acompanhei, desde cedo, o meu pai em suas viagens do Pará ao Maranhão. Em uma das nossas viagens, na praia de Apeú, Salvador, divisa do Pará com o Maranhão, na época da safra do peixe, observava como a comunidade se unia para eviscerar e salgar o peixe. Essa atividade era uma oportunidade de os pescadores e pescadoras obterem outros recursos financeiros. Esse trabalho era realizado durante a noite com a luz da lamparina. Aquele cheiro de peixe assado que invadia a comunidade é uma lembrança forte da convivência com o meu pai e os pescadores e pescadoras daquela comunidade. Anos depois, na universidade, participei de um projeto de cooperação bi-lateral Brasil e Alemanha, que fazia os levantamentos físico-químico, biológico e socioeconômico do ecossistema de manguezal. Esse projeto desenvolveu várias pesquisas no sentido de entender como as comunidades que sobrevivem da pesca artesanal encontram, no seu cotidiano, uma melhor condição de vida, apesar de toda a problemática enfrentada por esses aventureiros do mar. Esse projeto me possibilitou acompanhar algumas ações que encontravam em seu bojo indícios para o desenvolvimento local dessas comunidades. Todos esses incentivos me despertaram para estudar, com maior apropriação, como se dá essa relação das estratégias de comunicação na pesca artesanal.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se constitui num estudo de caso. O estudo de caso se define como uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisa que coleta e registra dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora (CHIZZOTTI, 2001, p.102). Da mesma forma, é um estudo que analisa um ou poucos fatos com profundidade. A maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias e no início de pesquisas mais complexas (SILVA, 2003, p.63). A esse respeito, cabe comentar que o estudo de caso é um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados (GIL, 1999, p.73). Nessa perspectiva, Maren (1995) considera o estudo de caso um método eclético, em que se podem utilizar diferentes técnicas e métodos, que facilitem a compreensão do objeto ou fenômeno em seu contexto. A este propósito, Yin (1994) aborda que o estudo de caso deve ser entendido como um estudo empírico, que investiga um fenômeno em seu contexto real.

Para a realização deste estudo, foi feito um levantamento de material bibliográfico e documental nas áreas de conhecimento relacionadas aos objetivos estabelecidos, entre elas, estratégias de comunicação, extensão pesqueira e desenvolvimento local. A pesquisa bibliográfica segue as orientações de Gil (1996, p. 51), no sentido de observar, fundamentalmente, as contribuições dos diversos autores sobre um determinado assunto de acordo com os objetivos da pesquisa. Para Yin (1989, p. 91) “estas evidências geralmente são úteis para obter informações adicionais sobre o tópico em estudo”. Outra estratégia metodológica do presente estudo foi o levantamento documental dos projetos de consultoria, relatórios, documentos básicos das instituições aqui mencionadas - Projeto Renascer e Promata - pertinentes à temática desta pesquisa.

A pesquisa empírica foi realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas com técnicos do Projeto Renascer e do Promata, envolvidos, de alguma maneira, com as atividades pesqueiras das comunidades estudadas. Também foram realizadas visitas às comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, com estada e pernoites, inclusive participando do convívio familiar dos entrevistados, nas refeições bem como na atividade pesqueira das mulheres na captura de mariscos. O

primeiro contato com as comunidades foi realizado em 2006, quando o projeto *Peixe de Rede* ainda estava sendo executado. Depois, esses contatos continuaram por meio de informações fornecidas pela técnica que estava desenvolvendo as atividades naquelas comunidades. Foram realizadas também entrevistas com pescadores, pescadoras e dirigentes das colônias participantes dos dois projetos aqui considerados (vide, anexos, roteiros das entrevistas).

Para o levantamento das entrevistas semi-estruturadas e observação das comunidades, foram totalizadas nove visitas às comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo. Nesse sentido, a entrevista consistiu em uma conversação informal, que pôde ser alimentada por perguntas abertas, proporcionando maior liberdade para o informante, como sugere Andrade (1997, p. 126).

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os atores sociais locais das comunidades, sendo seis pescadoras de Barra de Catuama, incluindo a presidente da colônia de pescadores de Pontas de Pedra, que é responsável pelo entreposto de beneficiamento de Barra de Catuama. Em Tejucupapo, foram entrevistados dois pescadores e seis pescadoras, incluindo o presidente da colônia. Em Atapuz, foram entrevistadas seis pescadoras, incluindo, também, a presidente da Colônia de pescadores, envolvidos com os projetos Renascer e Promata. As perguntas foram elaboradas com base na busca de esclarecimento do problema da pesquisa apresentado anteriormente. Outro grupo de entrevistados foi composto por um gestor do Renascer e um gestor do Promata. Entrevistaram-se ainda cinco técnicos, que participaram da execução desses projetos, sendo três do Promata e dois do Renascer.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo diz respeito aos aspectos teóricos ligados, principalmente, à Extensão Pesqueira, ao Desenvolvimento Local e à Comunicação, que servirão de lastro à análise dos dados coletados. No segundo capítulo, apresentam-se aspectos socioeconômicos do Município de Goiana e das comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo. No terceiro capítulo, discutim-se as políticas públicas para o desenvolvimento da pesca em Pernambuco. No quarto e último capítulo, foi desenvolvida a análise propriamente dita das estratégias de comunicação do Renascer/Prorural (PCPR II) e Promata (Peixe de Rede), a partir dos dados coletados na pesquisa empírica. Nas conclusões, são apreciadas as principais

contribuições deste estudo das estratégias de comunicação para a Extensão Pesqueira, no âmbito teórico e prático para o desenvolvimento local.



## **CAPÍTULO 1**

### **POLÍTICAS DE EXTENSÃO PESQUEIRA, DESENVOLVIMENTO LOCAL E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS**

A história da Extensão Pesqueira nos reporta à trajetória da Extensão Rural no Brasil, que surge dentro de um caráter difusionista capitalista, para estimular novas necessidades de consumo e introdução de produtos industrializados, enraizando, no meio rural, a chamada “modernização”. Essa prática, executada tanto pela Extensão Rural quanto pela Extensão Pesqueira, centrava-se em estratégias persuasivas de comunicação. A participação das comunidades rurais e pesqueiras nas atividades de extensão acontecia de forma passiva, limitando-se, apenas, a adotarem os pacotes tecnológicos difundidos pelos extensionistas (CALLOU & TAUKE-SANTOS, 2003).

Essa prática foi pautada no extensionismo rural, que nasce nos Estados Unidos por volta de 1914 e vem para a América Latina e Extremo Oriente após a II Guerra Mundial. Nesse contexto, através de inovação e difusão de informação e tecnologia, evidencia-se a junção entre Extensão Pesqueira e Extensão Rural.

A esse respeito cabe comentar que os pescadores brasileiros, historicamente, receberam a atenção das instituições governamentais. Na época colonial, no Império e na Primeira República, a pesca era vista como provedora de alimentos para a população que se instalava no país, e arregimentação de homens e barcos para a segurança e defesa nacional (FURTADO, 1981).

Essas abordagens históricas da pesca foram feitas também por Callou (1994), que analisa a Missão do Cruzador “José Bonifácio”, realizada de 1919 a 1924. A missão foi responsável pela criação de colônias de pescadores ao longo do litoral brasileiro.

Em 1934, os assuntos de pesca passaram para a administração do Ministério da Agricultura, com a criação da Diretoria de Caça e Pesca. Dentro dessa foi elaborado o Código de Pesca (Decreto-lei 794/1938), e o enfoque dado aos pescadores mudou de guardiões da costa, para produtores de alimento (LEITÃO, 1995). Entre os anos de 1942 e 1945, foi criada e extinta a Comissão da Pesca, através do Decreto Lei 5530, de 4 de dezembro, a qual foi a primeira iniciativa de institucionalizar o setor pesqueiro (CALLOU, 2003).

Essas ações contribuíram para o processo organizacional, mas, ao mesmo tempo, tinham uma prática assistencialista e não davam maiores condições para uma discussão política no que se refere à pesca artesanal dentro do contexto socioeconômico (CALLOU, 1994).

Em 1968, surge, no Brasil, o serviço oficial da Extensão Pesqueira com a finalidade, segundo Callou (1986), de apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro brasileiro. Entre os principais argumentos, diz ainda Callou (1986, p. 285-286).

Estavam a imensidão da costa nacional, a piscosidade de suas águas e o desamparo socioeconômico das comunidades pesqueiras artesanais. Por isso, difundir tecnologias modernas de pesca (assim como ocorria no meio rural, através da difusão de tecnologias agropecuárias) representou o caminho mais promissor para se alcançar o desenvolvimento social e econômico desse setor historicamente esquecido das políticas públicas.

A Extensão Pesqueira, pautada no difusionismo tecnológico para modernização da pesca alcançou seu apogeu nos anos de 1970. Em meados de 1980, a Extensão Pesqueira começou a dar sinais de seu fracasso, não sendo capaz de criar, até aquele momento, mecanismos que retirassem o pescador da situação de pobreza. No entanto, na década de 1990, aparecem algumas experiências governamentais e não-governamentais de apoio ao desenvolvimento da pesca. (CALLOU apud SOUZA E SILVA, 2001).

Fazendo uma retrospectiva da Extensão Pesqueira e de todos os acontecimentos que influenciaram o crescimento dessa atividade para uma nova perspectiva de desenvolvimento, é criada a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), cujas diretrizes procuram viabilizar políticas de desenvolvimento da pesca. Com objetivos de investimentos na modernização da cadeia produtiva da aqüicultura e pesca, estimulando parcerias e intercâmbios com os estados e municípios, abrangendo o associativismo e o cooperativismo, essa instituição dá sinais de que pretende trilhar a perspectiva do Desenvolvimento Local.

Assim, com a criação da SEAP/PR, o governo se propõe a:

Criar políticas de assistência técnica e extensão pesqueira, em parceria com estados, municípios e outras entidades, que promovam iniciativas de desenvolvimento local sustentável considerando a família do pescador e do aqüicultor e suas organizações, visando à inclusão social e à qualidade de vida, adotando princípios de conservação, gestão ambiental e de pesca responsável (BRASIL, 2003b, p. 45).

Portanto, a Extensão Pesqueira da SEAP/PR distingue-se, segundo Callou (1986), do difusionismo tecnológico do passado e procura cumprir as diretrizes da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Essas diretrizes nascem, segundo a PNATER, “a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de ATER (...)” (BRASIL, 2004, p.3).

Ultrapassada aquela fase de desenvolvimento rural pela via do difusionismo tecnológico, no que se refere à pesca e agricultura, a Extensão Rural vem seguindo um caminho que lança mão da comunicação para o desenvolvimento local. Nesse sentido, para os pesquisadores pós-paulofreerianos, essa perspectiva resulta na incorporação, pelas organizações governamentais, pelo menos, em nível do discurso, das estratégias dialógicas participativas e das estratégias dialógicas de comunicação para o desenvolvimento local dos contextos populares (CALLOU e BRAGA, 2005).

Colaborando com esse pensamento, Lima (2000) afirma que o desafio consiste em dotar as populações rurais dos recursos necessários para que sejam protagonistas centrais da construção de novas ruralidades, novos territórios e um novo conceito de desenvolvimento.

Diante dessa afirmativa, o desenvolvimento local se pauta em iniciativas de igualdade social e responsabilidade com o ambiente, tendo a participação dos atores sociais como indissociável na construção da cidadania.

Nesse sentido, resgatamos o que diz Jara (2001, p. 100):

A construção de sociedades sustentáveis e do desenvolvimento local depende de sólido empreendimento em capital humano e capital social, tendo em vista a estruturação de ambientes territoriais inovadores, criativos, democráticos e socialmente articulados. O capital humano corresponde aos recursos humanos em condições de resolver, com adequação e a eficácia, a diversidade de problemas

colocados pela sociedade e com capacidade de empreender processos produtivos integradores e eqüitativos.

Analisar a sociedade a partir do desenvolvimento local requer alguns estudos mais aprofundados acerca da realidade. Não podemos entender o local sem levar em consideração o global, atendendo à necessidade do presente sem comprometer as futuras gerações.

Dentro dessa perspectiva, Buarque (2002) considera que o desenvolvimento local resulta na interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos, da eficiência econômica – e a agregação de valor na cadeia produtiva e na gestão pública eficiente.

Além disso, “o desenvolvimento local é compreendido como processo, onde, a partir da mobilização de potencialidades endógenas, da articulação dos atores sociais entre si, é possível criar oportunidades de crescimento para a população num esforço de ‘concertação’ no nível local” (TAUK SANTOS, 2000).

Nesse processo de intervir na realidade, Freire (1992) enfatiza a necessidade de estabelecer a relação entre agricultores e técnicos, num processo dialógico, de troca de informações, pois a comunicação implica a reciprocidade entre os interlocutores, e não o repasse apenas de informações.

Os resultados dessa ação comunicacional implica algo, como já observamos na introdução deste trabalho, o insucesso desses empreendimentos para o beneficiamento do pescado, nas colônias de Atapuz, Barra de Catuama (Pontas de Pedra) e Tejucupapo, no Município de Goiana.

Diante dessa realidade, o Renascer decide, então, contratar um profissional para trabalhar a dimensão organizacional dessas colônias, na perspectiva de dinamizar as unidades de beneficiamento do pescado naquelas localidades. Do ponto de vista da comunicação, segundo Rabelo (2003) e Toro e Wernek (2004), o que se pretende é desenvolver uma ação com capacidade para somar singularidades, unir grupos e instituições em torno de uma causa.

Para Franco (2005, p. 27) diz que o local não é relativo a pequeno. Para esse autor

O local é (...) produto do olhar. Do olhar que reconhece uma potencialidade quando está focalizado no subconjunto e esse reconhecimento é sempre relacional, quer dizer, faz sentido quando comparado a outros subconjuntos. A potencialidade, identificada e

reconhecida aqui, faz referência à diversidade e diz respeito à vantagem comparativa. Se todos os locais fossem iguais, não faria sentido o conceito de desenvolvimento local e, a rigor, nem de local (FRANCO, 2000, p. 31-32).

Diante da perspectiva, o desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo e uma meta a serem alcançados a médio e longo prazo, fazendo uma reorientação do estilo de desenvolvimento (BUARQUE, 2002).

A esse propósito, Franco (2000) enfatiza que desenvolvimento só é desenvolvimento mesmo se for humano, social e sustentável. Fala-se, portanto, em melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas de (desenvolvimento social), das questões que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável).

De acordo com Cavaco (1996), o processo de promover o desenvolvimento com base local é lento, em longo prazo e incerto, enfatizando a construção social, que envolve diversos elementos objetivos e subjetivos.

A esse respeito, Costabeber e Caporal (apud Perruci, 2007 p.31) propõem que a construção social se apresenta em três níveis. No primeiro nível, a dimensão econômica, a ecologia e a social; no segundo, a política e a cultural; e, no terceiro, a dimensão ética. Segundo os autores, todos esses níveis relacionam-se entre si, apresentando pontos de interseção.

Em todo caso, desenvolvimento só ocorrerá quando surgirem novos e múltiplos laços de realimentação de reforço: quando mais capital humano gerar mais capital social, que gerar mais capital empresarial, que gerar mais renda, que gerar mais capital humano (FRANCO, 2000).

Como se pode observar, o maior desafio para as atuais instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais é, portanto, segundo Silva (2007), a busca do desenvolvimento local que envolva:

“i) um sistema político, que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório; ii) um sistema econômico capaz de gerar excedente e know-how técnico em bases confiáveis e constantes; iii) um sistema de produção, que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento; iv) um sistema tecnológico, que busque constantemente novas soluções; v) um sistema internacional, que estimule padrões sustentáveis de comércio e: vi) um sistema administrativo flexível e capaz de se corrigir”

O desenvolvimento sustentável local pode ser definido como “a dinâmica social, econômica, política e cultural num território demarcado por especificidades que induzem mudanças qualitativas naquele espaço” (GEHLEN, 2005).

Baseado nos estudos de Toro e Werneck, Rabelo (apud CALLOU e BRAGA, 2005) afirma que é necessária a participação de atores para a mobilização e estratégias de comunicação quando se pretende intervir em contextos sociais para o desenvolvimento. Para essa mobilização, a autora vê a necessidade de, pelo menos, três personagens, que classifica como: *produtor social*, *reeditor social* e *editor*.

Segundo Rabelo (apud Silva 2007, p. 87) especifica os personagens:

O primeiro personagem diz respeito ao indivíduo ou órgão responsável por facilitar o processo de mobilização, seja institucionalmente, seja financeiramente. O segundo é aquele que possui a habilidade de direcionar as mensagens de mobilização, e que tem a capacidade e credibilidade para introduzir, refazer ou recusar mensagens, na sua área de atuação; e o terceiro pode ser uma instituição ou uma pessoa capacitada a estruturar as mensagens, de acordo com o objetivo em comum, isto é, tornar público os trabalhos que estão sendo desenvolvidos.

Definidos esses papéis, cabe aos atores sociais encararem os desafios de criar condições para que o trabalho possa se desenvolver, trazendo a credibilidade necessária em prol de um objetivo comum.

Para Callou e Braga (2005), esse caminho teórico-metodológico revela para aqueles que estejam interessados pela participação/mobilização comunitária e social na perspectiva do desenvolvimento local a importância do planejamento da comunicação.

Nesse sentido, o estudo de comunicação torna-se relevante para entendermos como os atores sociais conseguem estar envolvidos nesse processo de construção e execução dos projetos para alcançar o desenvolvimento local.

Nesse sentido, Tauk Santos e Callou (apud SILVA, 2007, p.88) propõem estratégias para a gestão da comunicação no desenvolvimento local, que são:

Construção da cidadania, realizada através dos encontros, seminários, congressos e cursos para a formação de capital social, criando, assim, uma comunicação mais efetiva entre a população e o poder local; o fortalecimento das relações de gênero, mobilizar e garantir a participação de homens e mulheres nas atividades econômicas – produtivas e sociais da comunidade. A articulação de

parcerias com organizações governamentais e não-governamentais e a população local; viabilizar ações permanentes de capacitação e assistência técnica para a população no Desenvolvimento Local. Disseminar ações de Educação Ambiental, levando em consideração as práticas de preservação; e estratégias de comunicação intra-institucional e inter-institucional, entre os serviços públicos e privados, com ênfase na comunicação educacional e científica a partir da linguagem da cultura local.

Todas essas observações, Silva (2007, p.89) “ênfatiza que as estratégias de comunicação incluem as práticas de construção do desenvolvimento local, em níveis de redes formais e informais, harmonizados com os objetivos das mensagens”.

Ainda nessa perspectiva, o estudo de comunicação nos processos de desenvolvimento local torna-se fundamental para compreendermos como os atores sociais envolvidos se apropriam e produzem outros conhecimentos (SILVA, 2007).

Noutras palavras, a participação e a mobilização dos atores sociais em projetos de desenvolvimento local depende, em última instância, das estratégias de comunicação, que, planejadas, fazem mover aqueles três personagens principais do processo, eleitos, como vimos, por meio de Rabelo (2003): o produtor social, o reeditor e o editor.

É dentro desse quadro teórico geral que se analisarão as políticas das duas organizações públicas – Projeto Renascer e Promata (Peixe de Rede) – para o setor pesqueiro de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, no Município de Goiana.

## CAPÍTULO 2

### O MUNICÍPIO DE GOIANA E AS COMUNIDADES DE ATAPUZ, BARRA DE CATUAMA E TEJUCUPAPO

O município de Goiana, situado a 63 km da cidade do Recife, localiza-se na Mesorregião Mata Pernambucana e Microrregião Mata setentrional, apresentando uma área total de 436 km. O município está situado entre as coordenadas geográficas 7°33'45" de Latitude e 35°00'00" de Longitude, e altitude de 14 metros. Tem por limites: ao norte, o município da Paraíba, ao sul Itaquitinga, Igarassu e Itamaracá, a leste, o Oceano Atlântico e, a oeste, os municípios de Condado e Itambé (SEPLAN, 1987). O litoral pernambucano pertencente à Zona da Mata compreende uma faixa de 187 km, que se estende desde o Município de Goiana, ao Norte, no limite com a Paraíba, até o município de São José da Coroa Grande, ao sul, no limite com Alagoas (CPRH, 1998). A Zona da Mata abrange cerca de 3,29% do território estadual, são 3.256,5 km<sup>2</sup> de área constituída. Durante o período colonial, Goiana foi um dos principais produtores de cana em Pernambuco (RECIFEGUIDE, 2007).



Figura 1: Localização do Município de Goiana

Fonte: SEPLAN, Secretaria de Planejamento de Pernambuco. Boletim dos Municípios, Goiana .

Recife: FIDEM, 1987.



O Município de Goiana tem como setor principal a atividade industrial. Como a maior parte dos municípios da Zona da Mata Pernambucana, Goiana é dominada pelo cultivo da cana de açúcar. A monocultura canavieira que predominava no Município contribuiu muito para a redução da Mata Atlântica e seus ecossistemas, ocasionando a extinção de várias espécies, ajudando no empobrecimento do solo com a aplicação de agrotóxicos e liberação dos resíduos da industrialização da cana (PROMATA, 2006).

Goiana também se apresenta economicamente forte no artesanato, com a produção de peças feitas em cerâmica. O artesão de cerâmica João Boneco, o mestre Joãozinho, merece destaque, pois propagou a cerâmica figurativa de Goiana. Antônia Leão, Teófilo Neves e José do Carmo também são artistas com grande prestígio e mantêm viva a cultura através do seu artesanato (RECIFEGUIDE, 2007).

É importante salientar que Goiana apresenta importantes recursos naturais (rios, estuários e a faixa litorânea), explorados pela atividade pesqueira e turismo. No setor pesqueiro, o Município responde a 32,1% da produção do Litoral Norte do Estado. A faixa litorânea tem aproximadamente 30 quilômetros, caracterizando-se como “área que pertence à beira-mar, às margens e às costas, zona de contato entre o mar e o continente” (CPRH, 2001). Os principais rios que cortam o município são: o Tracunhaém (que tem como principal afluente o rio Megaó), o Capiberibe Mirim (a bacia é composta pelo rio Goiana) e o Itapessoca (CPRH, 1987).

Os rios Goiana, Megaó e Itapessoca comportam, segundo o CPRH (1987), uma das maiores formações de manguezais do litoral pernambucano. Esse berçário abriga, segundo essa organização, várias espécies de peixes e plantas, que contribuem com a produtividade pesqueira da região. Além disso, esse ecossistema favorece a atividade de coleta de mariscos e caranguejos, que se constitui uma das mais importantes fontes de subsistência para as populações humanas que vivem próximas aos manguezais e que têm, no extrativismo, um importante recurso socioeconômico. (SOUZA E SILVA, 2001).

Entretanto, essa bacia hidrográfica vem sofrendo diversos efeitos negativos por causa da poluição e assoreamento. Essa nova realidade compromete a dinâmica dos recursos naturais e prejudica as comunidades que dependem desse estuário (SOUZA E SILVA, 2001).

Para agravar essa situação, ocorre, na região, a pesca predatória, que é feita com equipamentos e técnicas impróprias (uso de malha fina, de veneno, explosivos

etc.), muitas vezes, realizadas por grupos que não têm, na pesca, a sua base de subsistência (PERNAMBUCO, 1998).

Esse momento de crise que enfrenta a economia pesqueira leva-nos a refletir sobre a luta pela preservação dos recursos pesqueiros e sua racional utilização, no que se refere à gestão dos recursos naturais. Com base nessas informações, Callou (1986) assim se refere:

As comunidades pesqueiras passam por profundas transformações em decorrência de um processo que envolve especulação imobiliária e ocupação desordenada da costa, comprometendo sua atividade econômica. Além disso, a atividade produtiva passa a dividir espaço com várias outras atividades, como turismo e artesanato.

No Município de Goiana, devido à influência de vários recursos hídricos, como estuário, rio, mangue, praia, existe a predominância da atividade pesqueira. Essa importante atividade tem a sua importância na economia com a pesca artesanal. A pesca praticada no litoral norte do estado de Pernambuco, onde Goiana está situada, é realizada em diferentes ambientes: a pescaria é feita no estuário por homens, mulheres e crianças. As mulheres fazem coleta de moluscos (marisco, ostra, sururu) caranguejos e siris.

O município de Goiana, segundo Souza e Silva & Carvalho (apud Souza e Silva 2001), conta com 30% dos pescadores do Estado de Pernambuco. Na pesca artesanal, como em outras atividades produtivas, praticadas por grupos familiares menos capitalizados e organizados, a comercialização do pescado é o elo mais complexo da cadeia produtiva, sendo praticada, em grande parte, pelo atravessador ou “pombeiro” (SOUZA E SILVA, 2001, p. 69). Esse comerciante, na verdade é quem possibilita, dentro das circunstâncias existentes, a distribuição do pescado para os centros consumidores, possuindo transporte próprio, estrutura de armazenamento e contatos comerciais, interferindo, de forma significativa, nos preços praticados.

Em Goiana, as comunidades compartilham dos mesmos recursos do ambiente, apresentam as suas particularidades que as diferenciam das demais, na estrutura socioeconômica, produção e técnicas pesqueiras e percepção ambiental. As mulheres fazem coleta de moluscos (marisco, ostra, sururu) caranguejos e siris, promovendo o beneficiamento desses produtos para ajudar na renda mensal da família.

A pesca extrativista dos recursos naturais é realizada, em geral, segundo o PROMATA (2006),

Com utilização de técnica manual e instrumentos simples (foice, estilete, espeto de madeira e a própria mão). Os homens pescam nos rios, estuários e no mar de dentro, utilizando embarcações a remo ou a vela, ou seja, canoas ou bateiras (pequena embarcação) e jangada, confeccionadas em madeira bem como redes de cerco, de espera e mangote, jereré e tarrafa. Ainda no aspecto da pesca artesanal, “nos estuários, capturam manjuba, tainha, carapeba, camurim, boca torta e camarão e, nas águas litorâneas, xaréu, espada, camarão grande, sardinha, budião, entre outras espécies.

Ainda no âmbito da pesca artesanal, na extração de moluscos e crustáceos, predomina a tradicional coleta manual; na pesca, ainda, apresenta-se com maior intensidade o uso de rede de “mangote”, realizada, diariamente, por pescadores. Em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, prevalece o “tresmalho” ou “sauneiro”.

Nas comunidades estudadas - Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo - ,os aspectos socioeconômicos se configuram de maneira semelhante.

Em Atapuz, predomina a pesca artesanal. Várias famílias sobrevivem da extração dos recursos naturais. A comunidade possui infra-estrutura básica de rede de telefonia, escola, posto de saúde, praça e igreja. Não possui saneamento básico, nem pavimentação das ruas e vias públicas, dificultando o acesso de entrada e saída da comunidade no inverno.

Alguns entrevistados reclamam da falta de estrada asfaltada para acesso às comunidades, situação que se agrava nos período das chuvas. As casas, em sua maioria, são de alvenaria com grandes quintais, a que permite a criação de animais domésticos e cultivo de árvores frutíferas.

A maioria dos moradores das outras comunidades utiliza a praia de Atapuz para tomar banho de sol, sendo um local de bastante visitação nos finais de semana, os turistas utilizam suas lanchas para fazer a pesca esportiva.

O comércio local atende às necessidades básicas dessa comunidade. Outra fonte de renda dos pescadores é a travessia dos turistas por meio de bateiras para Barra de Catuama e praias vizinhas. O transporte custa, em média, cinco reais por pessoa. Não existe pousada ou hotel para os visitantes. As casas dos turistas são freqüentadas na alta estação. Outra fonte de renda dos pescadores é a atividade de

vigilante de casas de turistas e, para as pescadoras, a atividade de diarista no período do veraneio.

Com o processo de desenvolvimento urbano, a comunidade vem passando por mudança em sua estrutura local. O avanço do mercado imobiliário contribui para o afastamento dos pescadores do litoral para o interior da comunidade.

Ainda na economia local, a comunidade tem influência da empresa de pesca Netuno. Essa Indústria interfere na economia local, aproveitando a mão-de-obra das comunidades, como funcionários em sua unidade de produção e beneficiamento do produto. Diz uma pescadora:

Fato de participar desse projeto ganhei uma experiência a mais e agora estou trabalhando na Netuno. (Pescadora 5 – Atapuz).

A atividade pesqueira desenvolvida em Atapuz é realizada de maneira artesanal, a bateira é, geralmente, dividida com dois pescadores. A atividade dura, em média, seis horas, entre organizar as redes (mangotão ou rede de arrasto) e pescar o produto no estuário. As mulheres pescam o siri ou marisco com suas companheiras de pesca ou maridos, que as acompanham para remar a bateira.

Ainda em relação à atividade pesqueira de Atapuz, existe, na comunidade, uma unidade de beneficiamento que não está sendo utilizada pelo pescadores/pescadoras de forma efetiva. Encontramos, na comunidade, a forma tradicional de conservação do pescado, o chamado seco-salgado. Esse produto é exposto ao sol sem nenhum critério de sanidade e higienização. A salmoragem faz parte do beneficiamento do pescado, ou seja, o produto é exposto ao sol, sujeito a vários tipos de impureza (SOUZA E SILVA, 2001, p.55). A cultura de secagem do peixe resiste, mesmo existindo uma unidade de beneficiamento equipada para o tratamento adequado do pescado.

A culinária local é rica em proteína, o peixe e o marisco são importantes fontes de alimento para os moradores e visitantes dessa comunidade. Em contato com as pescadoras de Atapuz, foi possível degustar, no horário do almoço, na casa de uma das entrevistadas, o pirão de peixe (mistura de farinha e caldo de peixe), arroz, feijão, vinagrete e peixe frito.

Tendo em vista que a pesca artesanal é um importante recurso econômico de Atapuz, alguns pescadores reclamam da diminuição de peixes, em consequência da pesca predatória, poluição dos rios, desmatamento dos manguezais e o aumento de pescadores exercendo a atividade da pesca. A pescaria é definida conforme o

horário das marés. Os pescadores aproveitam quando a maré começa a vaziar para chegar ao local da pescaria. Geralmente, a pescaria de rede exige muito esforço físico e muita habilidade no ato de lançar e puxar a rede para dentro do barco.

Segundo depoimentos dos pescadores de Atapuz, o peixe pescado é dividido em partes iguais, sendo que uma parte é levada para a alimentação da família e a outra é vendida no comércio e para atravessadores locais. Para os pescadores mais experientes, é fundamental conhecer os pesqueiros, ter um bom material de pesca e um bom companheiro de trabalho. Esses aspectos ajudam a realização de uma boa pescaria, o que acaba por fortalecer a economia desses profissionais.

Em Barra de Catuama, segundo os moradores mais antigos da comunidade, os primeiros a ocuparem as terras da Barra foram os portugueses, que fundaram a Igreja de Nossa Senhora da Penha, datada do século XVII.

Os moradores relataram que, quando chegaram para morar em Barra, essas terras pertenciam ao senhor Cazuzo Velozo, uma espécie de posseiro das terras. Ele deixava as pessoas fazerem suas casas, desde que fossem de pau-a-pique e cobertas de palha. Naquele tempo, Barra era uma fazenda de coqueiros, fruta nativa do litoral nordestino. Todos os moradores trabalhavam na tiragem e descasque do coco, ainda que alguns homens fossem designados para tomar conta das terras como vigilantes das propriedades. O vice-presidente da Associação dos Pescadores de Barra de Catuama informou que, após a morte do Sr. Cazuzo Velozo, antigo morador local, as terras passaram a pertencer ao Senador Lano de Carvalho que, por sua vez, deixou as terras sobre os cuidados de seu irmão Guilhermando.

Tempo depois, um grupo imobiliário alegou que comprou essas terras do Sr. Guilhermando, respaldado pelo poder Municipal. Esse grupo imobiliário vendeu parte dessas terras para veranistas.

Segundo, ainda, o vice-presidente da Associação de Pescadores, o índice de violência na comunidade teve significativo aumento após o loteamento das áreas comercializadas. A especulação imobiliária pressiona, de certa forma, a venda das casas dos nativos, que vivem da pesca artesanal, para a construção de casas e de marinas. Atualmente, os pescadores estão impossibilitados de guardar o material de pesca próximo do local de atividade pesqueira.

Outro aspecto levantado são os pontos de acesso à praia que, antigamente, eram áreas livres de tráfego, por onde os moradores circulavam tranquilamente. Atualmente, não existem ruas de acesso à praia, apenas becos e vielas são os

canais de comunicação com o mar. Essa situação gera desconforto por parte dos moradores em relação aos veranistas. Além dessa dificuldade de acesso, os pescadores são impedidos de construir caiçaras na praia. No momento a realização desta pesquisa, apenas uma casa abandonada pela erosão serve de “caiçara” para os pescadores locais.

A comunidade vem sofrendo vários danos com o avanço do mar, inclusive o pequeno prédio construído para instalar a unidade de beneficiamento do pescado que, se vê ameaçado pela erosão no local.

Devido ao turismo em Barra de Catuama, o artesanato passa a significar uma fonte a mais da economia local. A produção artesanal de objetos decorativos e utilitários é feita, basicamente, de palha de coqueiro. Muitas mulheres trabalham como diaristas, além da venda do catado de siri para turistas e para restaurantes e pousadas da localidade. Outra fonte de renda é a travessia de turistas para outras praias vizinhas em bateiras operadas pelos pescadores e filhos de pescadores.

Em Barra de Catuama, não existe hotel. O mais próximo fica em Pontas de Pedra, a poucos quilômetros dessa localidade. Atualmente, a iniciativa privada está construindo um *resort* próximo à Barra. O local favorece o desenvolvimento do turismo, tendo em vista as belezas naturais da região.

A infra-estrutura de Barra de Catuama é precária. O saneamento básico é insuficiente, e a estrada que dá acesso à comunidade não é asfaltada. Esse, aspecto que compromete a locomoção dos moradores, principalmente na época das chuvas. O transporte coletivo é problemático, pois há, apenas, dois horários disponíveis, por dia, para a população local.

A comunidade não tem problemas com o fornecimento de energia elétrica. Entretanto, o fornecimento de água potável é insuficiente, particularmente no verão, dado o afluxo de veranistas, pois é realizado por meio de um sistema que armazena água em três caixas e uma cisterna para toda a comunidade. Ocasionalmente, há falta de água portátil, tanto para os moradores quanto para os veranistas. Uma proposta, realizada pelo Estado, para solucionar esse problema, está em discussão na comunidade. Os moradores estão insatisfeitos com o projeto governamental de melhoria no fornecimento de água potável, à medida que os moradores passariam a pagar por esse serviço, até então gratuito. Alegam os moradores que se trata de um projeto para beneficiar os veranistas e não a comunidade dos pescadores.

As casas dos moradores em Barra de Catuama são, na maioria, de alvenaria, com quartos, sala, cozinha, terraço ou varanda, área de serviço, com quintais amplos, que permitem a criação de animais domésticos. Nessas casas, existem geladeira, televisão, aparelho de DVD, rádio. Entretanto, no Povoado de Onório, que faz parte de Barra de Catuama, as casas conservam, ainda, as características originais das primeiras moradias de Barra, feitas de palha de coqueiro.

A alimentação é rica em proteínas peixes e mariscos que são acompanhados de farinha, arroz e feijão. O peixe frito e a moqueca de siri formam importantes aspectos da composição alimentar local.

Em Barra de Catuama, existe uma forte tradição nas festividades religiosas e populares e a que mais se destaca é a festa da tainha, comemorada no mês de março, e a tradicional festa de São Pedro, protetor dos pescadores, que é realizada no dia 29 de junho. A realização desses eventos atrai pessoas de várias regiões, e tem a sua importância em termos de lazer da comunidade. Os pescadores tiram o dia para se divertir com amigos de profissão e seus familiares. Esse momento também atrai turistas e familiares, que voltam para rever seus parentes durante os festejos.

A economia principal de Barra de Catuama, assim como a de Atapuz e, como veremos, de Tejucupapo, é a pesca artesanal. Em Barra, as principais espécies capturadas são agulha, tainha carapeba, sauna e siri. A pesca é realizada, em geral, com quatro pescadores, quatro redes e duas bateiras. A captura do siri é desempenhada pelas mulheres, com o apoio de crianças. Alguns pescadores se dizem penalizados pela pesca predatória, realizada pelas comunidades vizinhas. Um dos entrevistados informa que precisa pescar oitenta agulhas para obter um quilo do peixe.

Uma parte do pescado capturado é consumida pelos pescadores, e a outra parte é vendida no comércio local, levada por atravessadores para o Recife e cidades vizinhas. A comunidade tem, em seu território, uma escola de nível fundamental, um posto de saúde, quatro igrejas, um subposto da Colônia Z-3 (Pontas de Pedra) e uma associação dos pescadores.

Tejucupapo, terceira comunidade considerada neste estudo, está situada na rodovia estadual PE 49. É bastante conhecida pelo seu legado histórico. O mais importante deles é a epopéia das heroínas na vila de Tejucupapo. Esse acontecimento teve início do ano de 1645, quando holandeses, ameaçados pela

Insurreição Pernambucana, refugiaram-se no Forte Orange. Sem alimentos e doentes, a única saída era ir à vila de Tejucupapo em busca de cajueiros da região, que serviam de remédio para a doença do escorbuto. Diante dessa situação, os holandeses viajaram até à vila de Tejucupapo e invadiram. Durante o confronto, foram mortos 23 holandeses, despertando, mais ainda, a fúria dos invasores. No dia 24 de abril de 1646, munidas de paus, pedras, panelas, pimenta e água fervente, as mulheres de Tejucupapo venceram os holandeses que ameaçavam suas terras e famílias. Encontramos, nesse episódio de nossa história nacional, uma das poucas, batalhas envolvendo a participação das mulheres. Outro marco histórico é a igreja de São Lourenço, datada do século XVI (RECIFEGUIDE, 2007).

Atualmente estão sendo pavimentadas várias ruas com paralelepípedos, segundo observações *in loco*. Na comunidade, existe posto de saúde, policlínica com médico plantonista, escola, comércio, biblioteca, igrejas, posto policial, praça com o marco histórico de “Maria Camarão”, (símbolo na revolta contra os holandeses). Outro ponto turístico é o obelisco, local onde ocorreu a batalha. Esse obelisco está localizado nas terras da empresa Megaó. Existem também casas das heroínas de Tejucupapo, que funcionam como um espaço de visita cultural, contando a história dessas mulheres. Outros vilarejos fazem parte de Tejucupapo, como o sítio de Ibeapicu, onde está localizada a unidade de beneficiamento de pescado, Carrapicho I e Carrapicho II. A comunidade possui saneamento básico, telefonia, sistema de água (compesa) e eletrificação.

Como fortes expressões culturais, encontramos a encenação das heroínas de Tejucupapo. Esse espetáculo é realizado com pessoas das comunidades, no final de abril, sendo um importante acontecimento, que mobiliza várias pessoas da comunidade. Encontramos, ainda, quadrilha junina, que tem o nome de Heroínas, o pastoril e o cavalo marinho, cujas apresentações acontecem no Natal e no final do ano.

A maioria dos moradores de Tejucupapo são funcionários públicos ou pescadores. A tradição da atividade pesqueira é repassada de pai para filho, ocasionando o aumento dessa atividade nos manguezais locais. Entre as espécies mais capturadas, temos a manjuba, a carapeba, a saúna, o camurim, a tainha e o camarão.

Uma das entrevistadas nos informou que, antigamente, os pescadores trabalhavam durante toda a semana, e as mulheres ficavam em casa cuidando da



família. Hoje a situação é diferente, à medida que as mulheres também exercem as atividades de pesca. O produto pescado é vendido na feira de Goiana e repassado para atravessadores, que o transportam para o Recife. Os produtos mais capturados são o caranguejo-uçá, o sururu, marisco e o peixe.

Os pescadores denunciam o assoreamento e a poluição do manguezal por causa das construções de casas e viveiros de camarão na região.

Devido aos problemas ambientais, segundo os pescadores, vêm diminuindo, na região, os estoques de muitas das espécies capturadas, forçando o pescador artesanal a procurar outra fonte de renda, inclusive sendo empregado da empresa que desenvolve o cultivo de camarão na comunidade.

Assim como em outras comunidades, em Tejucupapo, a pescaria é realizada de acordo com a maré, pois o porto visitado depende da maré cheia para a saída dos barcos. Quando perguntamos como é realizada a pescaria, o pescador nos explica que, na maioria das vezes, a quantidade de peixe capturado depende do pesqueiro. Os que têm maior valor comercial são a tainha, o camurim e o camarão.

Cada pescador desenvolve uma tarefa dentro da bateira, isto é, o responsável pela embarcação, o que ajuda a puxar a rede e, ainda, o que limpa os materiais e retira a água do barco. O pescado capturado é entregue ao dono da rede, o qual se responsabiliza em vender e dividir os lucros com o resto da tripulação.

Na pescaria realizada pelas mulheres, a atividade é, também, definida conforme a maré. Cada pescadora é responsável pela sua produção. O beneficiamento do siri e aratu é realizado de maneira artesanal, ou seja, o cozimento e o desfiar do produto é praticado na própria casa da marisqueira. A venda desse produto é feita para as peixarias ou na residência dessas pescadoras.

As entrevistadas reclamam da escassez do produto devido à poluição existente nas áreas de manguezal. Fazem a sugestão de virem outros projetos que não sejam só da pesca, mas que elas possam trabalhar e melhorar as condições financeiras, desenvolvendo outras atividades.

“Que viesse para cá outros projetos que não tivesse relação com a pesca. Na maré, hoje em dia, tá dando pouco, quase não tem pescado, seria uma alternativa de renda” (Pescadora 3 – Tejucupapo).

Apesar da pesca artesanal ter uma forte influência no Município de Goiana, envolvendo homens, mulheres e crianças, o pescador e pescadora, a cada dia, buscam novas alternativas de renda.

Frente a esses aspectos socioeconômicos, analisaremos, no próximo capítulo, as contribuições das políticas públicas, por meio dos projetos Renascer (PCPR II) e Promata (Peixe de Rede), para a pesca artesanal em Goiana, nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo.

### **CAPÍTULO 3**

#### **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA EM PERNAMBUCO**

Este capítulo é dedicado às políticas públicas para a pesca artesanal no cenário nacional e estadual e seus desdobramentos em projetos para o município de Goiana, nas comunidades pesqueiras de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo.

Da Missão do Cruzador José Bonifácio à institucionalização oficial da Extensão Pesqueira no Brasil em 1968, as políticas públicas para o desenvolvimento da pesca nacional não alcançaram resultados significativos, no que se refere à melhoria das condições de vida dos pescadores e suas comunidades. Os objetivos, como já pontuamos, estavam voltados à modernização do setor pesqueiro, cuja perspectiva era a difusão de tecnologias nas comunidades pesqueiras para aumentar a produção de pescado e, conseqüentemente, os lucros dos envolvidos na atividade para a melhoria das condições de vida dos pescadores. Callou (apud Carvalho, 2007).

Num contexto histórico recente das políticas públicas para a pesca artesanal, pode-se observar que, nos anos 90, o setor pesqueiro passou, praticamente, sem qualquer política pública significativa direcionada às atividades da pesca. Políticas públicas são prerrogativas de governo, cuja intervenção na realidade social permite que grupos de interesse desempenhem papel significativo no processo de formulação e implementação dessas políticas. (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000).

A esse propósito, Vianna Jr. (1994) reafirma que as políticas públicas são uma ação planejada do governo, que visa, por meio de diversos processos, atingir alguma finalidade. Entretanto, as ações classificadas como políticas públicas são realizadas por diferentes organismos governamentais, nem sempre aticulados entre si.

No caso das políticas públicas para a pesca, Diegues, citado por Souza (apud Carvalho 2007, p. 22), “define-as como mecanismos que o governo usa para regulamentar e/ou promover a atividade pesqueira”. A pouca visibilidade de programas de desenvolvimento, com uma política para apoiar as pequenas

comunidades de pescadoras artesanais, vem deixando os produtores cada vez mais pobres e, portanto, mais dependentes dos recursos pesqueiros, cuja disponibilidade e potencial não são ainda conhecidos profundamente (DIEGUES 1983, p. 258).

Para essa discussão, cabe evocar conceitos das ciências sociais. O termo pesca artesanal tende a indicar uma atividade exercida por produtores autônomos, proprietários dos meios de produção, que exercem a pesca como atividade econômica prioritária, desenvolvendo relações de trabalho com base na parceria, com tecnologia de captura seletiva e não mecanizada (MELO, 1993).

Para entendimento desse universo tão amplo, Diegues (1983 p.181) afirma que a pesca artesanal ou de pequena escala parte de um processo de trabalho na unidade familiar, ou no grupo de vizinhança. O fato é que, na maioria das vezes, os produtores são proprietários de seus meios de produção (redes, anzóis etc).

Nesse contexto, as políticas públicas para o setor pesqueiro foram desenvolvidas a partir de uma política vertical de intervenção governamental, tendo como meta a industrialização do setor pesqueiro. Para Callou et alli (2006), essas políticas não trouxeram o desenvolvimento pretendido às populações pesqueiras. Dizem eles:

Estes estímulos à industrialização da pesca e à assistência aos pescadores (...) parecem não ter também trazido grandes transformações nem no âmbito da acumulação, pois a pesca permaneceu basicamente artesanal, nem, tampouco, no que diz respeito à melhoria das condições de vida das populações pesqueiras (CALLOU et alli, 2006, p. 117).

Atualmente, para pensar políticas públicas para enfrentar os desafios cotidianos das comunidades pesqueiras na perspectiva do desenvolvimento local, portanto diferentemente das ações passadas, foi criada, em 2003, a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR). Organizado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca, essa Secretaria pretende se diferenciar das políticas de desenvolvimento do setor pesqueiro do passado, uma vez que incorpora "uma visão de gerenciamento por projetos que articulam a tradicional cultura vertical, até então predominante no serviço público, com os modernos conceitos de gerenciamento horizontal" (CARVALHO, 2007).

Na intenção de fomentar projetos para o desenvolvimento do setor pesqueiro nacional, a Secretaria SEAP/PR publica edital de *Chamada para Projetos de*

*Extensão Pesqueira e Aqüícola*, em junho 2005, disponibilizando o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). (CARVALHO, 2007 p. 38).

Segundo Brasil (apud Carvalho, 2007, p. 38), foram definidas oito ações prioritárias no edital: “Acesso ao Crédito e Extensão Pesqueira”; “Sustentabilidade Ambiental das Atividades de Pesca”; “Redes de Ater-Pesqueira e Capacitação”; “Ater-Pesqueira em Arranjos Produtivos Locais/Cadeias Produtivas”; “Unidades de Beneficiamento de Pescado e Outras Atividades de Agregação de Valor”; “Atividades Inovadoras de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira”; “Comercialização e Mercados” e “Mulheres Pescadoras”. Desses, foram aprovado 44 projetos de Extensão Pesqueira no Brasil na perspectiva do desenvolvimento local.

Em decorrência dessa política de Extensão Pesqueira, o estado de Pernambuco foi contemplado com três projetos no âmbito do *“Fomento à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira”*. Esses projetos começaram a ser implementados em julho de 2006, com duração de um ano. Os projetos aprovados e financiados por meio da SEAP/PR em Pernambuco foram: *projeto de Assistência Técnica Através de Agentes de Desenvolvimento Local (ADL), para Comunidades de Pescadores e Piscicultores de Ibimirim*, do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta); *Projeto para Fomento à Assistência Técnica e Extensão Pesqueira*, da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária; e *Projeto Peixe para Comer*, do Centro Josué de Castro (CARVALHO, 2007, p. 41).

Ainda nessa perspectiva, Carvalho (2007), ao analisar os objetivos desses projetos de Extensão Pesqueira, observou que a perspectiva do desenvolvimento local permeia o foco das ações, principalmente nos casos dos projetos do IPA e do Serta. Portanto, segundo o autor, esses projetos estão em sintonia com as diretrizes da Extensão Pesqueira da SEAP/PR.

Em nível estadual, o Governo do Estado de Pernambuco, por meio dos Projetos Renascer e PRORURAL, instituiu uma série de políticas de apoio à atividade pesqueira em todo o litoral e interior do Estado. Nessas políticas, é reconhecida a importância econômica e social da pesca artesanal para as comunidades pesqueiras.

De um modo geral, o Projeto Renascer e o Prorural pretendem: reduzir a pobreza rural e melhorar a qualidade de vida das populações rurais de Pernambuco;

aumentar o capital social das comunidades e dos municípios de pequeno porte e de baixo nível de desenvolvimento econômico e social, ou seja, o nível de participação e envolvimento das populações rurais na implantação de programas e políticas públicas; promover a descentralização dos processos de decisão e estimular a autonomia local; e fortalecer a capacidade e promover as potencialidades econômicas dos municípios e das comunidades rurais (PROJETO RENASCER, 2004 a).

Por meio do aporte financeiro do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR II), foram destinados recursos para financiamento de embarcações, apetrechos de pesca e reforma de unidades de beneficiamento do pescado. Segundo Carvalho (2007), essa política governamental tem se preocupado em apoiar as iniciativas das organizações de pescadores por meio de iniciativas que viessem a desenvolver a infra-estrutura, a tecnologia e as técnicas de pesca, além de apoiar, mediante assessoria técnica, as organizações de pescadores.

O apoio a esse projeto foi realizado através do aporte financeiro, viabilizado por subprojetos do Programa de Combate à Pobreza Rural para financiamento de embarcações, apetrechos de pesca e reforma de unidades de beneficiamento do pescado nas comunidades de pescadores de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo.

Para apoiar as atividades, o Projeto Renascer e o Promata contrataram duas consultorias especializadas, uma na área tecnológica e, outra, na de comunicação, integradas ao corpo técnico dos Projetos. As consultorias atenderam às organizações de pescadores de Atapu, Barra de Catuama e Tejucupapo (PROMATA, 2006).

Nessas comunidades, alguns problemas interferem, de forma negativa, para o crescimento a sustentabilidade do segmento produtivo da pesca, como a carência ou deficiência de infra-estrutura física (portos/unidades de beneficiamento do pescado, materiais e equipamentos para a pesca); perdas expressivas de pescado, em todas as etapas da cadeia produtiva; falta de capacitação técnica dos pescadores em vários segmentos (empreendedorismo, plano de negócio, qualidade – Boas-Práticas e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle); falta de assistência técnica contínua nas unidades de negócio (SIQUEIRA, 2005 a).

Os projetos acima mencionados partem de uma perspectiva que procura envolver os diversos atores sociais no desenvolvimento das ações, levando em consideração os aspectos ambientais, econômicos e sociais dessas comunidades, além de fortalecer o associativismo nas comunidades pesqueiras.

Dentro dos impactos ambientais mais freqüentes nas comunidades estudadas, foram destacados as redes de malha fina na pesca de “arrasto” e das “gamboas”, bomba (explosivo), veneno, “redinha” para captura de caranguejo-uçá, excesso de pessoas e armadilhas. Os fatores externos que interferem são, principalmente, o processo de urbanização, provocando o desmatamento do mangue e o lançamento de agrotóxicos pela cultura canavieira nas áreas de pesca.

As unidades de beneficiamento do pescado das colônias de pescadores Z-17, de Tejucupapo, Z-15, de Atapuz, e Z-3, de Barra de Catuama foram construídas e equipadas com recursos do Projeto Renascer (PCPR II). Segundo informação dos gestores e técnicos que desenvolveram trabalhos nessas comunidades, as unidades de beneficiamento foram constituídas a partir de reivindicação dos pescadores e dos presidentes das colônias de Tejucupapo e Atapuz. Essa reivindicação foi, também, realizada por meio do Conselho Municipal de Desenvolvimento do Município de Goiana.

Passado algum tempo de instaladas as unidades de beneficiamento do pescado em Atapuz e Tejucupapo,<sup>1</sup> uma das avaliações revelou que as habilidades técnicas dos beneficiários do projeto estavam muito aquém das habilidades exigidas para se levar adiante um empreendimento daquele natureza. Esses aspectos, aliados a outros, de caráter organizacional, por exemplo, determinaram que essas unidades de beneficiamento tivessem uso parcial. A proposta, frente a esse problema, foi a de que o Renascer, a partir de então, não instalasse mais esse tipo de Unidade, mas algo tecnicamente mais simples, como o “Entreposto Básico de Recepção do Pescado” e “Entreposto Básico de Comercialização do Pescado”. (CALLOU, 2004).

Diante dessas avaliações, o Renascer reconhece que as unidades de beneficiamento do pescado foram financiadas para melhoramento das atividades pesqueiras dos pescadores, e que precisavam ser gerenciadas pelos associados

---

<sup>1</sup> A Unidade de Beneficiamento de Barra de Catuama, como vimos na Introdução deste trabalho, apenas possui o prédio, sem os equipamentos, em virtude de pendências burocráticas da Colônia Z-15, de Pontas de Pedra (da qual é uma subsede), junto ao governo estadual.

das colônias. Em outras palavras, o Renascer chama para si a responsabilidade de refazer o caminho percorrido e garantir aos pescadores e pescadoras o uso efetivo dessas unidades de beneficiamento. (CALLOU, 2004).

Nesse sentido, foi contratada uma consultora técnica para trabalhar com os pescadores e pescadoras das três unidades e um outro consultor para atuar numa ação conjunta – Projeto Renascer/Promata – em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo.

A proposta do Promata (Peixe de Rede) para as Colônias de Pescadores de Tejucupapo e Atapuz tem, em suas diretrizes, seis resultados previstos para o seu plano de ação: 1) adequação dos processos produtivos aos requisitos legais e mercadológicos; 2) integração das organizações de pescadores com parceiros públicos e privados; 3) divulgação e implementação dos critérios ambientais definidos na legislação; 4) melhoria da condição socioeconômica dos pescadores artesanais; 5) desenvolvimento de produtos pesqueiros de valor agregado; e 6) construção e implementação de estratégias comerciais. Essas ações foram desenvolvidas até dezembro de 2006, com o apoio do plano de ação (CALLOU, 2006, p. 7-8). A esse respeito, pontua a então gestora do Projeto Renascer:

A gente estava ali para apoiar, dando corretas informações do projeto, como o projeto iria ser executado. Era a nossa obrigação visitar a comunidade com regularidade durante a execução, emprestar toda a orientação. Para isso, cada grupo de projetos tinha um técnico responsável, que era cobrado por isso. (Gestora do Renascer).

É possível observar que, no bojo dessa proposta, havia um estímulo ao associativismo, à articulação institucional, à mobilização social e à descentralização das decisões. Nesse sentido, Franco (2000) enfatiza que todas as dimensões de um trabalho na perspectiva do desenvolvimento local, que é “produto do olhar” que reconhece uma potencialidade quando focada em um determinado subconjunto.

A proposta metodológica participativa do projeto Renascer/Promata buscava que se tivesse um retrato da situação social das localidades a serem trabalhadas – Atapuz, Barra de Catuma e Tejucupapo -, onde técnicos e população, ao término de cada etapa, fossem desenvolvendo avaliações durante a execução do projeto. A partir daí, as reuniões de trabalho passaram a ser realizadas, conjuntamente, com os técnicos dessas duas organizações e as populações locais. Nessa perspectiva, cabe evocar os conceitos de Zapata (2003) de que os processos de mobilização



social para o desenvolvimento local devem ser orientados no sentido de propiciar que as pessoas tenham o desejo e a motivação de fazerem parte das ações, e de se sentirem emocionalmente envolvidas com o propósito apresentado.

Foram realizados cursos e treinamentos para os pescadores e pescadoras de como fazer a recepção do pescado, armazenar esse produto nas condições corretas, além trabalhar a comercialização. Essa parceria Renascer/Promata foi fundamental, tendo em vista que os dois projetos convergiam para o mesmo objetivo. Entre as atividades realizadas no período de outubro de 2004 a junho de 2005 destacamos a:

- Motivação de associados e diretoria das unidades de negócio;
- Levantamento de expectativas dos pescadores (as) para 2005; construção do planejamento estratégico para o ano de 2005;
- Construção e execução participativa do plano de ação;
- Capacitação de pescadores(as), utilizando a conexão entre diagnóstico da infraestrutura operacional;
- Informações técnicas associadas a experiência profissional;
- Definição do programa de comercialização em bloco com as coordenações de produção, da qualidade e comercialização;
- Elaboração do termo de compromisso para o fortalecimento e comercialização do pescado;
- Elaboração dos objetivos e ações das coordenações;
- Normatização dos aspectos a serem controlados na unidade de beneficiamento e na captura encomenda 1.420 kg de pescado para a Qualimar Pescados;
- Oficina de beneficiamento de siri em Tejucupapo, com a participação das organizações de Atapuz, Barra de Catuama, com controle e produção e custos (SIQUEIRA, 2006, p. 10).

Nessa fase de implementação das ações e envolvimento dos pescadores e pescadoras com o Renascer/Promata para redimensionar as unidades de beneficiamento do pescado, foram identificados alguns aspectos que não estavam funcionando adequadamente, e criavam diversos obstáculos à realização das atividades.

A situação encontrada em Atapuz em relação à Colônia Z-15 é que esta contraiu uma dívida de R\$ 6000,00 (seis mil reais) pela ligação clandestina de energia elétrica (CALLOU, 2006). Apesar dos esforços por parte dos gestores dos projetos em amenizar essa situação, juntamente com a CELPE, isso foi um fator impeditivo para o funcionamento, já precário, das atividades de beneficiamento de pescado. Após seis meses de atividades em Atapuz, houve a organização para a unidade de beneficiamento, a capacitação em boas práticas (beneficiamento do pescado), visitas a restaurantes do Recife e rodada de negócio. Foram criados

grupos de trabalho de compras; de recepção e beneficiamento do pescado; comercialização; divulgação; prestação de contas; e comissão gestora. Apesar das investidas para resolver o problema da dívida, o grupo não conseguiu liquidá-la e, atualmente, a Unidade encontra-se com o mesmo problema: a falta de energia elétrica e a falta de uso dessa Unidade pelos pescadores e pescadoras da comunidade.

Em relação a esse problema, temos depoimentos de alguns entrevistados:

A Colônia de Atapuz estava com o problema de energia elétrica, a luz estava cortada, eu intervim enquanto o Governo do Estado junto à CELPE pedia que fizesse o parcelamento e que desse condições deles pagarem a dívida. Com essa negociação eles fizeram um parcelamento acessível às condições da associação, eles dividiram, pagaram algumas e depois eu vi que eles deixaram de pagar de novo. (Gestora do Promata).

A questão da energia foi um dos grandes problemas, não tinha recurso para pagar a energia. (Pescadora 6 - Atapuz).

Em Barra de Catuama, havia falta de capital de giro para a compra de pescado e a falta de equipamentos e materiais para a operação da Unidade, que era acoplada à Unidade de Pontas de Pedra. Mesmo com as dificuldades apresentadas, o grupo de pescadores e pescadoras participou do curso de capacitação em boas-práticas (beneficiamento do pescado, filetagem). Quanto ao nível organizacional de Barra de Catuama, devido a interesses particulares do presidente da Colônia, que era atravessador de pescado, recomendava-se uma interferência do Renascer para a implementação de estratégias preventivas aos possíveis problemas provenientes da gestão da diretoria em exercício. A questão organizacional interferiu de maneira significativa, mas não foi fator determinante para que as atividades acontecessem. Assim se expressam dois entrevistados:

As dificuldades foram muito grandes lá, com lideranças, brigas entre eles, disputas locais importantes, que acontece em qualquer comunidade, mas que atrapalhou o processo. (Gestora do Renascer).

Tem que colocar uma pessoa que entenda a gente. A mulher do presidente só queria mandar na gente. Parece que era ela é a dona do projeto. (Pescadora 1 - Barra de Catuama).

Dessa forma, a questão organizacional precisava ser trabalhada, no sentido empregado por Neto (2007), ou seja, o de propiciar, aos pescadores e pescadoras participantes do projeto, a motivação para interagir com as ações, de se sentirem envolvidos com o trabalho proposto. De fato, a participação, na questão

organizacional, adquire um papel fundamental, à medida que se constituem relações em torno de um objetivo em comum.

Em Tejucupapo, o trabalho de parceria Renascer/Promata na unidade de beneficiamento do pescado se desenvolveu por meio de capacitação de pescadores e pescadoras em boas-práticas (beneficiamento do pescado), visitas a restaurantes do Recife e empresas de pesca, na perspectiva de abrir mercado para comercialização dos produtos beneficiados. Foram criados grupos de trabalho de compras; de recepção e beneficiamento do pescado; comercialização; divulgação; prestação de contas; e comissão gestora. Apesar do esforço da consultora técnica em trabalhar com o grupo, houve divergências com o presidente da colônia de Tejucupapo, que impediram a realização das ações de maneira mais adequada, como podemos observar nos depoimentos abaixo:

A Colônia de Tejucupapo o problema era mais grave. Os pescadores não se apropriaram da Colônia. O que aconteceu: o presidente tomou conta da Colônia como se fosse dele. Então ele comprava pescado, colocava dentro da Colônia, os pescadores não tinham acesso dentro da Colônia, não podiam guardar pescado dentro da Colônia. Ele era um atravessador e se apossou de toda a infraestrutura que o Governo do Estado comprou e pagou, disponibilizando para a comunidade de pescadores. (Gestora do Promata).

Tem problemas com a liderança, que é fechada. A iniciativa de comercialização ele próprio criou alguma dificuldade, tem uma questão de organização local que alguém localmente precisa falar (Gestora do Renascer).

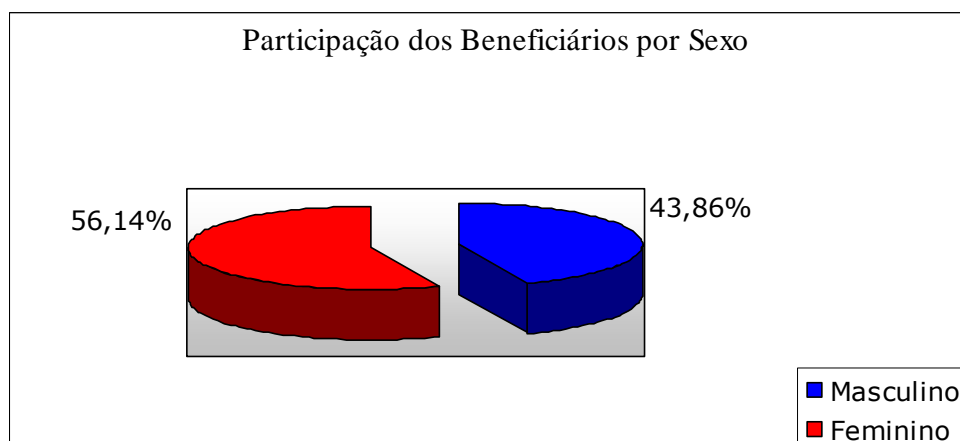
Mudaria a coordenação do Projeto, acho que faltou união, a técnica queria uma coisa e o presidente queria outra. Acredito que o trabalho tem que ter união. (Pescadora 6 – Tejucupapo).

Tal situação tem se revelado como desafio para técnicos e população, especialmente no que se refere à participação e mobilização social. Esses componentes, no entorno comunicacional, são aspectos que precisam ser superados, na perspectiva de construir e divulgar imaginários, identificar e instrumentalizar os reedeitores, ou seja, pessoas da comunidade que façam o trabalho de divulgação dos trabalhos e da situação local para gerar processos de coletivização, como apontados por Rabelo (2003).

Dentro desse desafio de mobilização social, convém chamar a atenção para o trabalho da mulher no beneficiamento do pescado, que contribuiu na promoção desse aspecto no Projeto. As mulheres fazem parte da Associação de Marisqueiras, que pertence à Colônia de Pescadores de Barra de Catuama Z – 3, Atapuz Z 15 e

Tejucupapo Z-17. No que se refere ao empoderamento do grupo de mulheres marisqueiras, o projeto Peixe de Rede tem como objetivo promover a organização de pescadores e marisqueiras do litoral do norte de Pernambuco. O engajamento das mulheres profissionais da pesca possibilitou um melhor funcionamento das atividades desenvolvidas no Projeto.

Gráfico 1 – Distribuição de participantes por sexo no projeto, em 2006



Fonte: PROMATA, 2006.

O gráfico acima apresenta uma participação mais atuante do sexo feminino nas ações do Projeto. As atividades desenvolvidas pelas mulheres possibilitaram discutir, entre outros aspectos, a identidade do grupo local e sua história de luta pela conquista de melhores condições de vida. Os depoimentos colhidos revelam que as mulheres acreditaram na capacidade de mudança e de melhores condições de vida por meio da participação num trabalho comunitário. Dizem elas:

Contribuiu muito, as mulheres se descobriram, viam nelas a capacidade de realização, que eram capazes. ( Pescadora 6 – Barra de Catuama ).

As mulheres, elas são mais prudentes do que os homens .Quando elas querem alguma coisa, elas vão atrás. (Pescadora 7 - Tejucupapo).

Em todas as reuniões, as mulheres têm mais participação. Até na contribuição [pagamento da mensalidade à colônia] as mulheres contribuem mais, elas não atrasam. (Pescador 1 - Tejucupapo).

As mulheres, sempre as mulheres estavam de dentro, os homens pouco participavam, alguns iam para as reuniões, mas a maioria era

mulher. Se tivesse a hora da maré, eles não iam. Mudaram os horários das reuniões para eles participarem, mas eles não iam. (Pescadora 6 - Atapuz).

A participação das mulheres nesse Projeto começou com as lideranças e trabalhadoras da pesca. Algumas desfrutavam do cargo de presidente de Colônias. Os trabalhos exercidos por essas mulheres pescadoras aparecem na ressignificação de atividades que sempre realizaram, mas que eram ocultadas por uma forte divisão social do trabalho centrada no masculino, divisão que define o mar como espaço de homens e posiciona as mulheres na terra.

Mesmo em terra, a maioria das mulheres desenvolve suas atividades domésticas e ajuda no orçamento da família com a venda de marisco beneficiado. A maioria dessas mulheres tem jornada dupla de trabalho, dando atenção aos filhos, ao marido e aos afazeres domésticos. A jornada de trabalho na pescaria soma um total de mais de seis horas trabalhadas. Dependendo da maré, esse trabalho passa pela fase da pescaria do marisco, cozimento, beneficiamento, armazenamento do pescado. A maioria delas se encarrega, ainda, da venda do pescado.

As mulheres participantes do Projeto são profissionais da pesca artesanal que, na sua maioria, encontram, nessa atividade, uma significativa representação na economia familiar. As razões apresentadas pelas pescadoras para participar do Projeto vão nessa direção, pois assim se expressam:

Eu já tinha participado de outros projetos. Participei desse para melhorar a minha situação financeira, para ver se dava certo. (Pescadora 1 - Atapuz).

Queria trabalhar e melhorar a condição financeira. (Pescadora 2 - Tejucupapo).

Participei para aprender com os cursos e também ajudar nos trabalhos da colônia. (Pescadora 3 - Tejucupapo).

Embora as comunidades estudadas estejam numa certa aproximação geográfica, a dinâmica de trabalho dessas mulheres tem formas diferenciadas, segundo observações realizadas durante a pesquisa. Em Atapuz, as pescadoras catam o siri na praia ou saem de barco para pescar perto do manguezal. Há algumas mulheres que contam com a companhia de outras pescadoras ou da companhia do marido. Em Barra de Catuama, elas saem de barco para pescar nas pedras, local onde é executada a pescaria. Segundo desabafo das pescadoras,

algumas pessoas da comunidade foram proibidas de pescar nesse local, por ficar perto da propriedade de um importante empresário. As pescadoras reclamam dessa nova realidade e relembram que os seus antepassados sempre pescaram naquele local. Em Tejucupapo, tem um agravante, que é a distância em que fica o manguezal, exigindo um esforço maior, como a utilização de outros transportes para a captura do pescado.

Seja como for, as mulheres ampliam, gradativamente, seus espaços de atuação e, atualmente, muitas das colônias são administradas por lideranças femininas. Esse aspecto é observado quando, nas três comunidades estudadas, duas colônias de pescadores são administradas por mulheres.

O homem não está acostumado a discutir com a mulher, ainda não deixou aquela visão de que mulher é só para os serviços de casa. E nós sabemos que nós vivemos ainda em uma sociedade muito machista. Um exemplo bem claro é há mulheres na Presidência da Colônia, mas foi preciso quebrar muitos preconceitos. (presidente da Colônia - Z 3 - Pontas de Pedra).

De acordo com Costa (1999), ainda hoje, em que pesem todas as transformações ocorridas na condição feminina, muitas mulheres, em todos os níveis sociais, não podem decidir sobre suas vidas, não se constituem sujeitos e não exercem o poder. Entende-se que esses processos de limitações impostos às mulheres dão lugar à superioridade masculina, limitando a mulher ao processo de exclusão que, freqüentemente, aparece nas relações de gênero.

Um fator importante observado, entretanto, segundo Siqueira (2006), foi o depoimento de algumas das entrevistadas, que afirmaram a participação dos seus maridos ou companheiros na venda do pescado direto para a Associação. Elas enfatizaram que essa atitude já foi um grande passo para romper preconceitos, pois algumas compram os produtos diretos dos seus companheiros. Essa atitude reflete uma nova maneira na cadeia de comercialização, onde existe a predominância da presença masculina e a figura do atravessador.

Apesar desse trabalho não ser especificamente voltado às questões de gênero, é interessante observar, ainda, que o trabalho feminino nas comunidades estudadas revela a importância dele na perspectiva do desenvolvimento local, quando possibilitou, de alguma forma, às mulheres envolvidas nas atividades do projeto ganharem um certo aprimoramento dos seus conhecimentos e uma reflexão

sobre as dificuldades de empoderar-se numa atividade tradicionalmente considerada masculina. Dizem elas:

Para mim, foi conhecimento e, para a comunidade, ajudou muitas pessoas. (Pescadora 2 - Atapuz).

Mudou pouco, mas eu aprendi muito. (Pescadora 4 - Atapuz).

Elas souberam que são capazes, o aprendizado técnico em Atapuz. Compreenderam o processo que desencadeia lá em Tejucupapo. Isso foi muito importante. (Consultora do Promata).

Com base nesses depoimentos, as mulheres e pescadoras que participaram do Projeto acreditam na possibilidade de um maior engajamento e empoderamento dessas pescadoras nas atividades de Extensão Pesqueira.

Um dos aspectos era o crescimento do conhecimento, eu via as coisas melhorarem para os pescadores. (Pescadora 3 - Tejucupapo).

Mudou muito, levantou a auto-estima. A descoberta de poder fazer, com isso elas puderam se ajudar. (Presidente da Colônia – Z 3 – Pontas de Pedra).

A gente ficou conhecendo muitas coisas. Com relação à questão ambiental não devemos pegar siri de patrona (ovada) e pequena. Depois desse esclarecimento tivemos mais cuidado com o meio ambiente. (Pescadora 6 - Atapuz).

Apesar desses avanços, é possível constatar que os trabalhos dessas pescadoras ainda não são reconhecidos pelas políticas públicas como uma importante contribuição para o setor pesqueiro artesanal. A invisibilidade das atividades das pescadoras se reproduz pela pouca informação que elas têm sobre a vida das Colônias e de sua ainda tímida participação nessas associações estudadas.

Fechando o cerco às análises realizadas, pode-se inferir que as ações do Projeto Renacer/Promata possibilitaram, de alguma maneira, como política pública, o envolvimento de pescadoras e pescadores em um processo de construção de desenvolvimento local, à medida que contribuíram para aumentar a sua renda, incentivou o seu associativismo, promoveu a discussão sobre a condição da mulher e do homem na atividade pesqueira e buscou dinamizar as unidades de beneficiamento de pescado das colônias em termos de uma gestão feita para e com os associados, homens e mulheres. Entretanto, há, ainda, um longo caminho a percorrer, em termos de desenvolvimento local, se compreendermos que esse desenvolvimento depende de um enfrentamento conflituoso, como afirma Oliveira

(2001), dos diversos atores sociais presentes no local. Entre os principais, o enfrentamento dos associados, homens e mulheres, nas colônias de pescadores no sentido de ampliar os processos democráticos de gestão e participação, o enfrentamento com as organizações governamentais para que suas políticas atendam às reais demandas sociais das comunidades pesqueiras, o enfrentamento com os atravessadores da pesca, o enfrentamento com as empresas poluidoras dos ambientes aquáticos e o enfrentamento com a especulação imobiliária nas praias.

Encontrar mecanismos que possibilitem promover esses processos de desenvolvimento local requer um esforço conjunto dos diversos atores sociais envolvidos. O estabelecimento de estratégias de comunicação é uma via possível de abrir caminhos à instauração desse esforço conjunto. É dentro dessa lógica que descrevemos, no próximo capítulo, quais e como foram implementadas as estratégias de comunicação do projeto Renascer/Promata em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo.



## **CAPÍTULO 4**

### **ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO NOS PROJETOS RENASCER (PCPR II) E PROMATA (PEIXE DE REDE)**

As estratégias de comunicação possibilitam o envolvimento da comunidade nos processos de mobilização social, efetivando sua participação no desenvolvimento local. Dessa forma, Zapata (2007) reafirma que os processos de mobilização social para o desenvolvimento local devem ser direcionados no sentido de promover o desejo e motivação, assegurar a participação da comunidade, tendo como condutoras, as estratégias de comunicação.

Nesse sentido, a comunicação assume um papel importante na implementação de programas e políticas governamentais, especialmente no que se refere à participação e à mobilização social (NETO, 2007). As estratégias de comunicação têm possibilitado a organização dos atores sociais dentro das políticas públicas na busca do desenvolvimento local dessas comunidades.

Essa compreensão dos processos comunicacionais no desenvolvimento local atribui, segundo Neto (2007), importantes desafios à comunicação social. Ainda nessa projeção, Rabelo (2003) e Toro e Werneck (2004) caracterizam os principais desafios impostos à comunicação, que é construir e divulgar imaginários, identificar e instrumentalizar os reeditores e gerar processos de coletivização.

O PRORURAL / Projeto RENASCER (a unidade gestora do PCPR II) tem, à sua frente, esses desafios comunicacionais, à medida que procura aumentar as oportunidades econômicas e sociais, aumentar o capital social das comunidades, fortalecer o poder local e possibilitar integrações com agências governamentais e não-governamentais.

Para o desenvolvimento desses objetivos, o PCPR II contava com equipe de assuntos Jurídicos, gerente administrativo-financeiro e gerência técnica. A gerência técnica ocupava-se da capacitação, da equipe de supervisão e do acompanhamento da ação de capacitação. Esse modelo operacional, em nível interno de organização, promove uma maior interação entre as equipes técnicas executivas, revelando a importância da comunicação como elemento essencial no planejamento das ações. Assim se expressa a gestora do Projeto Renascer:

Tinha reunião sistemática semanal com o gerente, se reunia semanalmente todas as sextas-feiras. Gerente financeiro, gerente jurídico gerente de operações, gerentes técnicos de assessorias, isso era semanal. (Gestora do Renascer).

Semanalmente a gente fazia uma avaliação e planejamento da semana seguinte e tomava as decisões conjuntamente e a cada mês se reunia com os gerentes, coordenadores de UTRs. Eram oito Unidades Técnicas Regionais e supervisores que supervisionava e acompanhava as ações diretamente com a equipe junto com as oito Unidades Técnicas. (Gestora do Renascer).

No que diz respeito à ação do Renascer (PCPR II) no município de Goiana, por meio do Conselho de Município, priorizaram-se, junto com o Prorural, os projetos que tinham viabilidade econômica, depois das discussões desenvolvidas com alguns engenheiros de pesca, lideranças comunitárias e presidente de Colônia. Nesse sentido, foi priorizada a construção das unidades de beneficiamento nesse município como investimento que resultasse na melhoria da comercialização e aumento da renda dos pescadores.

A idéia inicial fomentada por alguns engenheiros de pesca de apoiar essa unidade e assessorá-los para constituir uma pequena rede e fortalecer a capacidade deles de comercialização e elevação da renda das famílias de pescadores. São três unidades que o projeto Renascer e o Promata, apoiaram: Pontas de Pedra, Barra de Catuama, Tejucupapo e Atapuz. (Gestora do Renascer).

O Conselho de Desenvolvimento prioriza os projetos, ou seja, o Conselho do Município se reuniu e o Prorural financia a partir da priorização do Conselho. (Consultor Técnico).

Dessa forma, os técnicos envolvidos nessa etapa do Projeto tinham como tarefa divulgar e apoiar o processo produtivo com a capacidade de estimular o envolvimento, o comprometimento e a motivação dos participantes. Para Rabelo (2003), a divulgação de informação é apenas uma das etapas necessárias para se promover o envolvimento e a mobilização social.

Com a implantação dessas unidades de beneficiamento, os depoimentos, a seguir, sinalizam que as colônias ficaram fortalecidas com os projetos do PCPR II, que tem, em suas diretrizes, estímulo ao associativismo, à articulação institucional e mobilização social, promovendo o desenvolvimento sustentável dos municípios e das comunidades rurais pernambucanas pobres. (PROJETO RENASCER, 2004a,). Dizem os entrevistados:

A Colônia era bem fraquinha, com esse projeto conseguimos a reforma e material para a Colônia em 2002 e com o Promata e Renascer equipamentos. (Presidente da Colônia – Z-17, Tejucupapo).

Apoiamos essas unidades com instalação da unidade, aquisição de equipamentos, treinamentos que eram liderados por uma técnica de como receber esse peixe, fazer a recepção do pescado, armazenar esse pescado nas condições corretas. (Gestora do Renascer).

Mudou muito e para melhor, hoje temos uma estrutura muito boa, teve mais a participação dos sócios. (Presidente da Colônia – Z-17, Tejucupapo).

Melhorou muito na colônia. Primeiro tinha pouca reunião, agora tem mais. A colônia agora tem mais atividade. Nós agora temos um espaço para reunião e trabalhar se tiver outro projeto. (Pescadora 5 - Tejucupapo).

É possível, no entanto, identificar, pelos depoimentos a seguir, que essas ações não foram discutidas com os participantes do Projeto, mas, apenas, com algumas lideranças. Na verdade, a necessidade de construir unidades de beneficiamento do pescado estava muito mais ligada à percepção dos técnicos sobre a realidade local do que à percepção dos pescadores.

Nós nos reunimos inúmeras vezes para discutir essa ação, exatamente por isso. Comecei a perceber, com o desenrolar do processo de implementação do projeto, que essa idéia estava mais na cabeça de dois ou três técnicos engenheiros de pesca, que anteriormente trabalharam na unidade e dos líderes. Mas isso não foi discutido nem construído com a comunidade. (Gestora do Renascer).

Eles precisam discutir de maneira que a ação seja deflagrada com compromissos factuados, com clareza, com divulgação realmente, discussão interna. Isso não houve ali, não houve. (Gestora do Renascer).

Outra dependência também: o projeto ficou refém, ele foi montado sem um planejamento. Quando a Unidade foi montada precisaria primeiro ter um plano de negócio, ele teria que ter mostrado viabilidade ou não. (Consultor Técnico).

Dessa forma, as estratégias de comunicação para o desenvolvimento das políticas do Renascer com relação à construção das unidades de beneficiamento do pescado, no Município de Goiana, pareceram estar voltadas muito mais à noção de comunicação vertical, amplamente criticada, principalmente a partir da obra de Paulo

Freire, *Extensão ou Comunicação?*, como já observamos, do que às estratégias para mobilização sinalizadas por Rabelo (2003), a partir dos estudos de Toro e Werneck (2004).

Nesse sentido, os projetos Renascer e Promata decidem desenvolver uma ação conjunta para atuar nas colônias de pescadores Z -15 (Atapuz), Z-3 (Barra de Catuama) e Z-17 (Tejucupapo).

#### **4.1 Extensão Pesqueira: a intervenção em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo.**

A consultora técnica contratada contava com a assessoria do corpo técnico do Projeto Renascer, que se revezava na assistência técnica. Entretanto, a falta de uma equipe técnica permanente dificultava, em determinados momentos, as ações na intervenção. Assim se refere à equipe técnica contratada:

Os outros técnicos que entraram depois não tinham conhecimento dos trabalhos que estavam sendo desenvolvidos nas comunidades e nem experiência técnica. Eram técnicos que estavam sendo designados pela coordenadora sem ter muito compromisso com o processo. (Consultora técnica – Promata ).

Os técnicos do Projeto Renascer tinham diversas atribuições, e não considerava o projeto como prioritário. (Técnico Social – Renascer).

A gente tinha uma consultoria, tinha uma reunião com os técnicos para a gente discutir como atuar nos três grupos. O Promata tinha contratado uma consultora e depois contratamos um técnico da universidade para ajudar. (Supervisora do Promata).

Diante das dificuldades encontradas, as estratégias de comunicação foram implementadas de acordo com a realidade encontrada nessas comunidades, com o objetivo de possibilitar a melhoria econômica, social e política dos grupos de trabalho. A introdução da técnica nas comunidades foi realizada pelo técnico social, que já vinha desenvolvendo outras atividades no local. Diz ele:

Eu fiz a introdução da técnica na comunidade. Antes dela entrar, nós discutimos com a comunidade a viabilidade se elas queriam ou não presença da técnica, qual o perfil da pessoa, nós discutimos isso com eles. (Técnico Social – Renascer).

Pouco envolvimento das pessoas da comunidade. Não falavam muito. Desconfiados, como se não acreditassem na proposta. (Técnico Social – Renascer).

Em um processo de mobilização social, envolver a comunidade requer um ato comunicativo entre emissor e receptor, tendo como ponto chave o bem-estar social da população e trabalhar a comunicação dentro de cada realidade. Desse modo, Rabelo (2003) enfatiza que divulgar as informações é apenas uma das etapas necessárias para se promover o envolvimento e a mobilização social.

A consultora técnica, no intuito implementar as propostas de intervenção, utiliza estratégias para mobilizar o grupo de trabalho por meio de reuniões, telefonema, cartazes, visitas e cursos, contato com a diretoria das colônias para avisar o dia e a data das atividades. Assim se expressam vários entrevistados sobre esse aspecto da intervenção:

A forma de divulgar foi por meio de reuniões, de boca-a-boca, cartazes para marcar as reuniões. (Supervisora do Promata).

Foram feitos contatos por telefone com as lideranças das colônias de pescadores para que mobilizassem as pessoas para as reuniões. (Técnico Social – Renascer).

A divulgação foi através de “folder” e cartazes e através das reuniões com as comunidades. (Consultor Técnico).

Tinha cartazes, fazíamos reuniões, cheguei a ir até no mangue para falar com os pescadores. (Consultora Técnica – Promata).

Foram várias reuniões com muitos pescadores, para depois realizar as oficinas de beneficiamento. (Pescadora 5 - Tejucupapo).

A mobilização era realizada com o contato com as lideranças, a diretoria mobilizava o grupo, e envolveu mais associado como pescadores e pescadores e alguns jovens. (Consultor Técnico).

Ir de casa em casa para explicar o projeto. Mais de setenta pessoas participaram do projeto. (Consultora técnica).

Ela mostrou o projeto através de conversas, reunimos com as colegas e tivemos varias reuniões. Depois vieram outros técnicos para ensinar cursos. (Pescadora 5 – Barra de Catuama).

Essas estratégias de comunicação podem ser consideradas, segundo Beltrán (1981), como um ato de tornar algo comum, uma idéia, um pensamento, a um grupo que troca informações e conhecimento. É um processo de interação social sob as condições de acesso livre, igualitário e participativo. Ainda nesse contexto de intervenção, a participação é estimulada pelo convívio de lideranças locais, técnicos,

pescadores e pescadoras, vivenciando a mesma realidade social. Dizem as pescadoras:

A comunidade ficou mais participativa, tinha aquele momento de acreditar que ia dar certo. (Pescadora 1- Atapuz).

Para mim, foi conhecimento e, para a comunidade, ajudou muitas pessoas. (Pescadora 2 - Atapuz).

Eu gostei muito desse projeto, logo na apresentação, como já conhecia a técnica, nesse projeto levantou muito a auto-estima da mulher. (Pescadora 6 – Barra de Catuama).

Tais esforços levaram os técnicos e a consultora técnica a continuarem com as estratégias de comunicação no sentido de mobilizar a comunidade em torno do projeto. As reuniões eram marcadas conforme a prioridade das ações que estavam sendo desenvolvidas.

As reuniões foram semanais, todas as terças. A técnica explicava bem, mas, mesmo assim, tinha colegas que demoravam a entender. (Pescadora 4 - Barra de Catuama).

Através do presidente da Colônia e depois a técnica vinha e já deixava a próxima reunião marcada. (Pescadora 6 - Tejucupapo).

A técnica ligava e acertava as datas das reuniões. (Pescador 8 - Tejucupapo).

As estratégias do boca a boca, as reuniões, as oficinas, as oficinas de mobilização, oficinas de levantamento dos problemas de mercado. (Técnico Social – Renascer).

No que se refere à mobilização para a execução das oficinas, entre elas, as de boas-práticas (beneficiamento do pescado), a consultora técnica utiliza-se do seu conhecimento profissional e da experiência nas comunidades pesqueiras.

Essa estratégia facilitou o desenvolvimento das oficinas com as pescadoras, a julgar pelas opiniões das entrevistadas:

Passaram através de cartazes e apostilas, eles ensinavam muito, eles sabiam muito. (Pescadora 1 - Atapuz).

Conheci muitas coisas, com os cursos nós aprendemos mais. (Pescadora 2 - Tejucupapo).

Tinha um quadro e ele escrevia. Pedia a opinião de cada um e todos escreviam. Apresentava através de desenho. Usavam lápis, cartolina, papel ofício. Eles trabalhavam com bastante material usavam apostila, caso houvesse dúvida era esclarecida na próxima reunião. (Pescadora 6 - Tejucupapo).

Os técnicos explicam muito bem, além de falar a linguagem simples eles davam força e orientavam. (Pescadora 4 - Barra de Catuama).

Usavam cartazes que dava para entender, e explicavam tudo direitinho. (Pescadora 7 - Tejucupapo).

Os resultados dessas oficinas desenvolvidas pelo projeto Peixe de Rede (Promata) e Renascer, trouxeram, segundo depoimentos abaixo, algum tipo de aprendizado para os pescadores:

Um pouco de conhecimento ficou para a comunidade, antes ninguém sabia tanto assim. (Pescador 8 – Tejucupapo).

Tínhamos tempo para trabalhar juntas, a gente pescava e depois ia trabalhar na colônia e tinha produção para vender e ganhar algum dinheiro. (Pescadora 5 – Barra de Catuama).

Esses cursos parecem ter possibilitado, por sua vez, uma melhor interação entre os grupos, contribuindo para a promoção social dos atores sociais envolvidos. Percebe-se, dessa forma, que o projeto Peixe de Rede tem, em suas diretrizes, a participação e o envolvimento da comunidade. Dizem as pescadoras sobre esses cursos ministrados:

Queria aprender a fazer coisas novas. Aprendi a fazer bolinhos e filé de peixe. (Pescadora 3 - Tejucupapo).

Além de saber que vinha para beneficiar os pescadores também aprendi como se proteger do sol quando vamos pescar a ter mais cuidado com o corpo. Também fizemos curso de aproveitamento do pescado e curso de filetagem. (Pescadora 1 - Barra de Catuama).

Muito conhecimento, como tratar o peixe e beneficiar, os cuidados que devemos ter com o produto. (Pescadora 6 - Tejucupapo).

Fiz cursos para ver se melhorava as minhas condições de trabalho. (Pescadora 2 - Barra de Catuama).

Esses cursos foram desenvolvidos, segundo depoimentos da técnica responsável pelo Projeto, de acordo com as necessidades de funcionamento das unidades de beneficiamento, visualizando alternativas de renda para os pescadores

na cadeia produtiva do pescado. Em todas as etapas da cadeia produtiva, foram trabalhadas técnicas que viessem a melhorar a qualidade do produto, contemplando as exigências técnicas de beneficiamento, que vão desde a captura até à comercialização dos produtos beneficiados, aquisição e agregação de valores dos recursos naturais. Nesse sentido, dizem as pescadoras entrevistadas:

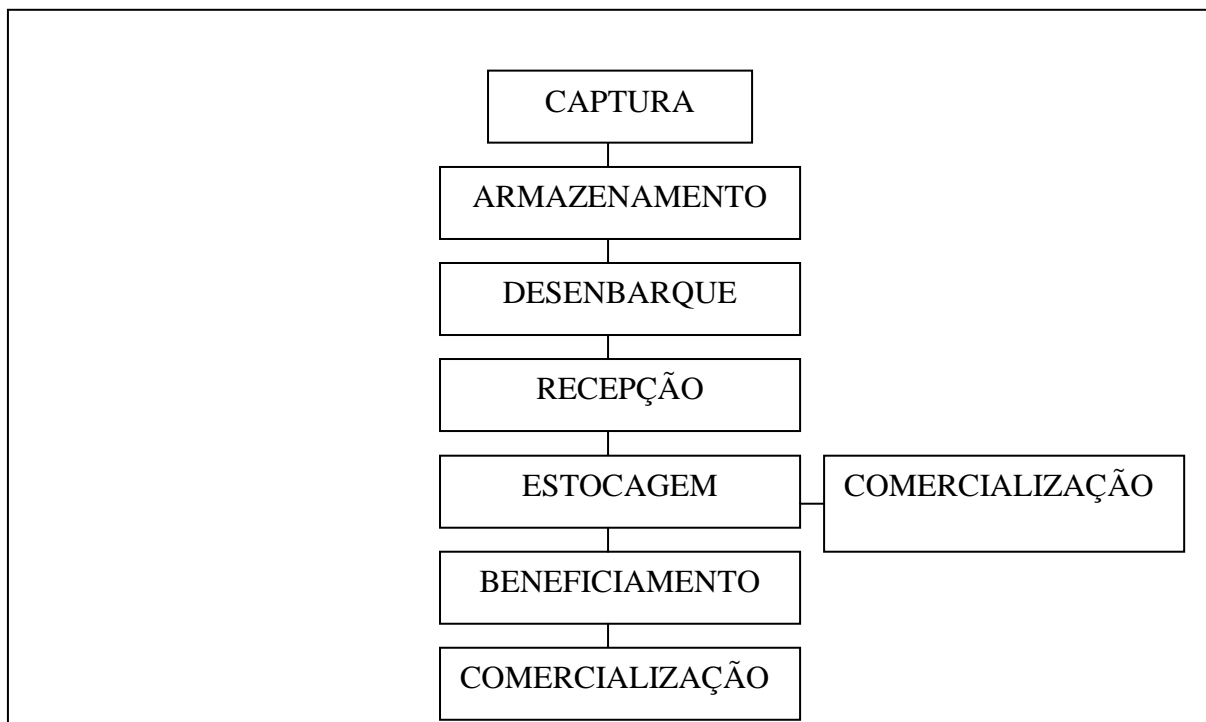
Aprendemos muito sobre higiene, perigo na pescaria e cuidado com o meio ambiente, sobre o plástico que demora muitos anos para se decompor. (Pescadora 4 – Barra de Catuama).

Conheci com os cursos de filetagem e catação de siri sem gordura. (Pescadora 3 - Barra de Catuama).

Na catação do siri tinha uma grande preocupação com a higiene para não ter contaminação, o trabalho era feito com amor. (Pescadora 6 - Atapuz).

A cadeia produtiva do pescado proposta para as comunidades desenvolvidas no Projeto tinha seguinte configuração:

**QUADRO 1 - A CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO PARA AS COMUNIDADES DE ATAPUZ, BARRA DE CATUAMA E TEJUCUPAPO.**



Fonte: SIQUEIRA, 2005b



As diversas etapas da cadeia produtiva do pescado foram trabalhadas pela consultora técnica e com os grupos de pescadores e pescadoras, e, durante a execução das atividades, foram detectadas diversas dificuldades de ordem técnica e de infra-estrutura. Essas dificuldades comprometeram, de certa forma, os resultados estimados. Os fatores apontados dizem respeito principalmente à reduzida equipe de profissionais envolvidos no projeto.

A atividade da profissional é uma atividade técnica, técnica na questão do produto. Mas ela não trabalhava organização, não é o papel dela trabalhar a organização, e empreendedorismo também não é. Quando a gente fechou o contrato foi dito que precisaria de pessoas para trabalhar a parte organizacional. (Técnico Social – Renascer).

Quando a gente trabalhava, tinha esses problemas internos, mas não tínhamos experiência para trabalhar a parte da organização. O conhecimento da gente em grupo era limitado. (Técnico Social – Renascer).

Outra dependência, também: o projeto ficou refém, ele foi montado sem um planejamento. Quando a unidade foi montada, precisaria primeiro ter um plano de negócio, ele teria que ter mostrado viabilidade ou não. (Técnico Social – Renascer).

Diante das dificuldades apresentadas, infere-se que os técnicos não tinham condições operacionais para alcançar os objetivos propostos pelo Promata e não tinham alternativas de novas contratações de profissionais que atuassem na área. Assim se expressam alguns técnicos entrevistados:

O processo de contratação é lento; o processo de ação é muito lento e a mobilização que faz aqui perde-se. Não dá para mobilizar aqui e, em seguida, a comunidade gerar expectativa depois para um tempo porque não tem recurso por que não contratou. (Técnico Social – Renascer).

Não tinha consultor técnico para administração de negócios, o que eles aprenderam foi através da experiência. (Consultora técnica - Promata).

Então teria que ter uma equipe ali que acompanhasse de perto a implantação, fornecesse o treinamento e facilitasse, a resolução. Então vai um fiscal num dia, no outro dia vai outro, aí esse outro diz alguma coisa que o primeiro não viu, aí é uma coisa quase que interminável. (Gestora do Renascer).

Não tem uma sistemática, isso aí foi trabalho que o Promata deu uma consultoria, mas é aquela coisa através de contrato de seis meses para fazer isso, um ano você entrega esse produto, terminou ali, acabou e não dá continuidade. Isso tem que ser uma política de desenvolvimento, uma política que tem que ter uma continuidade, também quando você pára, você interrompe todo o processo, de repente, talvez seja até pior. (Consultor técnico).

Nesse trabalho da técnica, foi um trabalho muito bom, mais parece que tem uma coisa que trava. Mas, se desse continuidade, esse grupo iria ser ampliado, mas é como se elas andassem e faltou perna, não tinha como se segurar, faltou assessória. (Consultor técnico).

Seja como for, essas dificuldades apresentadas parecem revelar um importante conhecimento adquirido, sem o qual as políticas públicas e as ofertas de serviços governamentais não serão eficientes. O campo da Extensão Pesqueira ainda é um território de aprendizado. Isso significa dizer que as políticas de indução ao desenvolvimento humano e social da pesca devem constituir-se num aprendizado contínuo entre organizações e populações envolvidas.

A esse respeito, Evans (1996) defende a idéia de que as relações de sinergia entre os atores constituem uma valiosa estratégia para o desenvolvimento local. Nesse sentido, percebe-se, nas falas de alguma entrevistada dada à atuação da consultora técnica no que se refere à participação para a promoção social.

Ela conseguiu mobilizar a colônia de Atapuz, as pescadoras vieram para dentro da colônia, colocavam pescado dentro da Colônia, o que estava acontecendo é que Atapuz não tinha pescado, as pescadoras não estavam colocando nenhum tipo de pescado na colônia, vendiam para os atravessadores e a colônia lá abandonada, um investimento alto, grande que não estava tendo retorno. (Gestora do Promata).

Com o trabalho da técnica, teve até um resgate, uma aproximação dos pescadores, daquelas pessoas que, nas discussões, não conheciam bem as atividades da Colônia. Tivemos várias reuniões, muitos debates, discussões, questionamentos. (Consultor técnico).

Acho que ela soube informar, nas reuniões e nos cursos. (Pescadora 2 - Tejucupapo).

Para mim foi conhecimento e para a comunidade ajudou muitas pessoas. (Pescadora 2 - Atapuz).

Por que tinha força de vontade, para participar e aprender e ir para frente. (Pescadora 5 – Barra de Catuama).

Nesse contexto, parece evidenciado o cenário participativo no desenvolvimento do Projeto. Assim pontuam alguns dos entrevistados sobre esse cenário:

É o processo de empoderamento da comunidade, cada vez mais ela participa, acompanha, discute, propõe, exerce seu papel de cidadã, cidadania. Dialogar, manter esse diálogo com o governo Municipal e Estadual. (Gestora Renascer).

Elas souberam que são capazes, o aprendizado técnico (Atapuz); elas compreenderam o processo que desencadeia lá (Tejucupapo). Isso foi muito importante. Sair da comunidade para entrar no mundo dos negócios (Atapuz).”Intercambio de informação entre os participantes de Barra de Catuama e Atapuz. (Consultora técnica - Promata).

Se, de um lado, as estratégias de comunicação utilizadas possibilitaram algum nível de participação dos pescadores e pescadoras para discutir as unidades de beneficiamento do pescado nas suas colônias, por outro, não se pode afirmar que essa participação induzida garanta o bom andamento da cadeia produtiva do pescado nessas comunidades, como veremos a seguir.

## **4.2 Fragilidades da Participação**

A participação dos pescadores e pescadoras no Projeto Renascer/Promata é observada como fragilizada, por parte dos gestores e técnicos. Dizem estes que os ganhos obtidos só foram observados, durante a execução do Projeto, mediante assessoria. Assim se expressam:

Esse projeto de pesca eu avalio como uma participação muito frágil da comunidade. Tive oportunidade de ir pessoalmente a reuniões com comunidades, me reuni várias vezes com os técnicos. (Gestora do Promata).

A questão organizacional não estava forte para a implantação de um modelo de questão. Primeiro, tem que fortalecer a questão associativa para depois, sim, implantar um modelo de gestão. Estava fragilizada a questão associativa, tinha muitos associados, mas poucos participavam efetivamente da Colônia. Pouquíssimos participavam. (Gestora do Promata).

Eu não vejo resultados, não vi que resultados. Eles mostraram que foram muito incipientes, não atendem ao todo. Que é a sensibilização de algumas pessoas, no montante que foi investido, o retorno é muito incipiente, nem das próprias pessoas. (Supervisora do Promata).

Embora as participantes dos projetos admitam que ganharam conhecimento e que o projeto trouxe alguma satisfação pessoal e profissional, por outro lado, em relação às questões econômicas, eles consideram que o projeto não teve tanto êxito. Dizem elas:

Não mudou muita coisa, mas ganhei muita experiência. (Pescadora 4 – Barra de Catuama).

Não mudou nada, ta tudo na mesma. Acontece também que teve falta de união entre os participantes. (Pescadora 2 - Barra de Catuama).

Não mudou muito não, fizemos várias coisas, vendemos mais não ganhamos muito. (Pescadora 3 - Barra de Catuama).

Nada, não ficou nada. (Pescadora 2 - Tejucupapo).

Para mim nada, eu não tenho nada que comprei com o trabalho da colônia. (Pescadora 5 - Tejucupapo).

Nessa perspectiva, podemos inferir que, do ponto de vista do desenvolvimento local, no que diz respeito à dinamização das potencialidades econômicas endógenas, o Projeto não apresentou essa dimensão na atividade pesqueira. Entretanto, as pescadoras deixam revelar, nas entrelinhas de suas falas, outras dimensões importantes do desenvolvimento local, como a aquisição novas habilidades e conhecimento.

O projeto Peixe de Rede revela limitações, durante a sua execução, seja ela de ordem estrutural ou burocrática. Para os técnicos, a gestão significa a palavra-chave da Extensão Pesqueira para o desenvolvimento. Dizem eles:

A gestão para mim é o principal fator no processo de implementação de um projeto. E a gestão tem que caminhar em uma outra perspectiva, por que dentro dessa perspectiva tradicional de até então, onde cada um faz a sua parte, cada organização faz o seu projetinho e executa é muito precária, as possibilidades de impactos reais são muito pequenas, investir mais na formação de gestores em todas as organizações, governamentais, não- governamentais, privadas. (Gestora do Renascer).

A gente quer tornar o pescador para entrar no agronegócio, mas a gente ainda é muito frágil em relação à comercialização do negócio, a gente trabalha o negócio muito primitivo. Primeiro tem que estar legalizada como micro empresa. Para legalizar, tem que ter a vigilância sanitária, outra coisa são as pessoas, como você quer que uma pessoa semi-analfabeta gerencie um negócio para vender pesado, se você tem que trabalhar com numero. Se você tem que ter contabilidade, quem faz a contabilidade numa micro empresa, se

contrata um pessoa para fazer, normalmente é assim. (Consultor técnico).

Para atuar nessa nova perspectiva, Neto (2007) enfatiza que essa visão mais ampliada dos processos comunicacionais impõe importantes desafios à comunicação social. A comunicação ocupa um papel importante na implementação de programas e políticas governamentais para o desenvolvimento, principalmente no que se refere à mobilização.

Buscando, então, identificar aspectos de mobilização, o material de propaganda ajuda para conhecer melhor o projeto no intuito de divulgar e facilitar aos participantes melhores conhecimentos do Renascer. A revista contava com informações sobre as atividades que eram desenvolvidas no projeto, o jornal informa sobre as experiências que estão sendo executadas, as cartilhas serviram para informar as prestações de contas e os *folders* também continham informações sobre o projeto. Outro meio de informação era o endereço eletrônico para facilitar a comunicação virtual.

Tínhamos também *folder* da divulgação do projeto, uma maneira mais formalizada dizendo o que é o projeto, tínhamos também uma cartilha. Tem a cartilha de prestação de conta, a cartilha que dizia o que era o projeto de uma forma simplificada, depois a gente fez vários cartazes sobre o passo-a-passo do projeto, como fazer para que a comunidade e a associação participassem do projeto, cartazes foram distribuídos, fizemos também vídeos institucionais. (Gestora do Renascer).

Nessa perspectiva de mobilizar por meio da comunicação, o Projeto Peixe de Rede constrói cartazes para informar as datas das reuniões, foi criada a logomarca do projeto, que sinaliza a dinâmica da cadeia produtiva da pesca. Foi também elaborado 'folder' explicativo do trabalho e embalagens para os produtos pesqueiros das unidades de beneficiamento do pescado. A esse respeito, cabe comentar que foi realizada a primeira feira de produtos pesqueiros, esses produtos foram comercializados in-natura. Com a realização dessa feira, foi possível atingir vendas diretas a restaurantes, bares, indústria, feira e supermercado; crescimento do valor agregado e acréscimo de venda do produto pesqueiro. Todo esse processo foi acompanhado pela consultora técnica, sendo esta mais uma etapa de mobilização do grupo e estímulo à participação.

Foi com a mobilização dos associados, discussões em reuniões e oficinas e produção de cartazes, mostrando produtos, criando marketing. (Consultor técnico).

Foi da mobilização que surgiram outros projetos, se o grupo não tivesse fomentado isso também não tinha saído, por que quem fez o projeto não fui eu. O projeto surge em função da mobilização. (Consultor técnico).

Para os participantes do projeto, a realização dessas atividades proporciona uma oportunidade de aquisição de informação e conhecimento, favorecendo uma maior interação entre os grupos e criando um sentimento de pertencimento e de identidade coletiva.

Contribuiu muito, porque a gente conheceu gente nova, passou a ter vários contatos, inclusive Atapuz e conhecido nos restaurantes como o melhor siri beneficiado da região. (Presidente da Colônia – Z-15, Atapuz).

Conheci muitas pessoas e os cursos. (Pescadora 3 - Atapuz).

Conheci várias pessoas e os cursos que o projeto oferecia. (Pescadora 4 - Atapuz).

Sim, eu estou pegando siri e vendendo, antigamente eu não sabia para onde vender. (Pescadora 4 - Atapuz).

Particpei na pesca do siri. Ficava de dia na pesca e, à noite, trabalhava para ver o grupo crescer. (Pescadora 5 – Barra de Catuama).

Fiz vários cursos e através desses cursos tive mais conhecimento, aprendemos e também ensinamos, foi um grande aprendizado. (Pescadora 6 - Atapuz).

Eu aprendi muito, hoje elas sabem que podem fazer muito mais. Em Atapuz as mulheres que fizeram parte desse projeto, sabem como fazer melhor o beneficiamento agregando valor e sabem onde vender. (Presidente da Colônia de Pontas de Pedra).

A participação nesse momento possibilitou, para os comunitários, maiores conhecimento das suas potencialidades e oportunizou aprendizado. Desse modo, Demo (1996) enfatiza que a participação é adquirida como um processo de aprendizado.

Todo esforço em estimular essa participação e articular as parcerias, favorece a implementação e execução desses projetos, no sentido de promover mudanças sociais locais a partir de uma lógica compartilhada.

Nessa análise, a articulação de parcerias ainda se constitui num grande desafio para definir e gerar localmente políticas públicas de desenvolvimento.

Para um projeto produtivo dessa natureza seja viabilizado com sucesso, é fundamental a articulação de vários atores. O projeto Renascer, através desse acordo-empréstimo, é capaz de viabilizar uma parte. Você tem que articular a parte de vigilância sanitária e saúde; foi o que a gente procurou fazer para assegurar o complemento dessa ação. (Gestora do Renascer).

É difícil isso. Tem que ter gestor com capacidade de articulação e com esta visão para buscar e construir essas parcerias, porque, se não integrar as ações, não vai ter um projeto que resolva tudo não, não vai, é impossível. (Gestora do Renascer).

Ao mesmo tempo em que as parcerias são importantes para fomentar as ações, por outro lado, se elas não forem bem discutidas e direcionadas, também podem representar um entrave para a execução dessas ações.

O projeto, apesar de ser desenvolvido através de parcerias, as duas instituições envolvidas tinham problemas de articulação institucional. (Técnico social).

Falta de envolvimento dos parceiros. O Promata só queria saber dos resultados finais. Só o quantitativo. Promata só queria os resultados para efetivar o pagamento dos técnicos. Total falta de infra-estrutura na época das chuvas existia nas comunidades. Elas ficam isoladas, não têm nem telefone funcionando, isso dificulta algumas ações. (Consultora técnica - Promata).

Sabemos, por meio de Tauk Santos (2002), que, no desenvolvimento local, os processos de concertação são fundamentais, isto é, a orquestração dos diferentes atores sociais presentes na localidade. As articulações das parcerias é um fator igualmente importante quando visualizamos a complexidade que é tentar executar as ações dentro do contexto da pesca artesanal. Essas ações perpassam a questão organizacional de um contexto marcado por desigualdades sociais compreendido num esforço interativo das organizações governamentais e não-governamentais no sentido de promover mudança social. Diante dessa realidade, quando essas

articulações entre as instituições conseguem desenvolver as atividades em conjunto, são capazes de gerar localmente políticas de desenvolvimento.

Toda essa observação suscita uma perspectiva promissora de desenvolvimento, pensar em melhorar a vidas das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social) das questões atuais e das que viveremos amanhã (desenvolvimento sustentável) (FRANCO, 2000). Nessas condições, desenvolvimento só é desenvolvimento mesmo se for humano, social e sustentável.

O que precisa ser analisado com maior profundidade, nesta etapa, como sugere Rabelo (2003), é o desafio não apenas transmitir essa informação, mas gerar processos comunicacionais, capazes de transformar os atores sociais em sujeitos capazes de gerar processos de participação para o desenvolvimento. Com relação ao desenvolvimento local, o entrevistado afirma:

Desenvolvimento local requer que você mobilize que você construa parceria, que você envolva a comunidade. Essa visão está na teoria, mas, na prática, essa visão é complicadíssima. A relação de quem está em baixo (o local) de quem está em cima (a instituição) é muito distante, então torna-se pouco operacional. Os técnicos, eles são limitados. (Técnico Social – Renascer).

Como se pode observar, as diversas ações que o projeto Peixe de Rede desenvolveu revelam a necessidade de se pensar a comunicação social como um processo estruturado, onde as ações devem ser metodologicamente elaboradas e planejadas como forma de contribuir para a mobilização e envolvimento dos participantes no contexto do desenvolvimento local. Segundo Toro e Werneck (2004), em um planejamento comunicacional, deve-se levar em consideração o personagem do “produtor social”, “reeditor social” e “editor” no processo de comunicação para a mobilização social.

A mobilização social dentro de uma política de fomento ao associativismo e cooperativismo é um aspecto complexo do processo, pois resulta na necessidade de um diálogo entre os atores sociais, que demanda um certo tempo para que essas ações sejam implementadas. A esse respeito, dizem os entrevistados:

Então você teria que ter uma política permanente, uma política pública permanente de apoio e estímulo ao cooperativismo e associativismo. Essa é uma política. Ao lado dela, você tem projetos e programas que sempre vão ter com começo, meio e fim. Você tem



uma política permanente de fomento de cooperativismo e associativismo. Através de algumas Instituições que teriam como missão. A missão é trabalhar com o cooperativismo e o associativismo. Então essa é uma ação permanente, principalmente quando se fala na agricultura familiar e pesca artesanal. (Consultora Técnica - Promata).

Mudaria a forma desses projetos virem para a comunidade. Eles chegam tão rápido e ao mesmo tempo acabam muito rápido. Seria arrumar um jeito de acabar com esse tempo. Acabar com o limite. (Presidente Colônia de Pontas de Pedra Z -3).

Eu mudaria o que elas não tiveram no começo. Gostaria que tivessem um apoio contínuo, mudaria a questão do acompanhamento. Acompanhamento depois da realização do projeto. A grande dificuldade das pescadoras foi levar o projeto adiante sem esse apoio técnico. (Presidente Colônia de Pontas de Pedra Z -3).

O tempo, ele não é colocado. Como se trabalha com a Instituição, ela surge e, quando ela acaba, ninguém sabe. Quando esses projetos acabam, ninguém dá satisfação, ninguém está nem aí, governo nem ninguém. (Técnico – Promata).

Nesse caso, quando questionamos os pescadores, pescadoras e técnicos que participaram do projeto se eles observavam algum tipo de desenvolvimento para a comunidade e se o projeto tinha deixado algum benefício socioeconômico local, eles assim se posicionam:

Eu acho que não, não é o projeto que está melhorando a qualidade, ele poderia ser se ele tivesse funcionando, mas a contribuição pode ser pontual, há o desenvolvimento da atividade técnica. (Técnico – Promata).

Eu não considero não, acho que é um passo. Só que como desenvolvimento local requer que você mobilize, que você construa parceria e que você envolva a comunidade. (Técnico Social – Renascer).

Depois do projeto piorou, porque acabou tudo. (Pescadora 2 - Tejucupapo).

Se tivéssemos continuado, seria melhor. (Pescadora 5 – Barra de Catuama).

Nesse ponto, a falta de uma política continuada dificulta as ações desenvolvidas por esses projetos. Aprofundar o debate sobre questões relacionadas

à continuidade dessas práticas extensionistas por meio do setor Municipal e instituições ligadas ao setor pesqueiro constroem formas mais eficientes de produzir e de se organizar, promovendo a sustentabilidade a longo prazo. Dizem os técnicos:

Vejo como solução trabalhar a organização, um extensionista na área de pesca e essa relação poderia ser feita através das Instituições e Município. Que um técnico seja contratado pela prefeitura para trabalhar mais específico, para trabalhar a qualidade. (Técnico – Promata).

Dar continuidade de investimento da qualidade de melhoria da população pobre da área rural, ou seja, aplicar novos projetos na complementação do projeto já realizado, continuar a investir na consolidação da capacitação do pólos, conselhos e associações que é o processo de empoderamento da comunidade. (Gestora do Renascer).

No entanto, apesar das experiências vivenciadas pelos projetos Renascer e Promata (Peixe de Rede), esses projetos, no cenário complexo e multifacetado que é o setor pesqueiro, a extensão, cumprem o papel de facilitar os processos comunicacionais e articulações dentro de um contexto com práticas associativistas e cooperativistas como forma de organizar e produzir individualmente e coletivamente. Atuar, nessa nova perspectiva, Rabelo (2003) e Toro e Werneck (2004) consideram importantes desafios à comunicação, que é construir e divulgar imaginários, identificar e instrumentalizar os reeditores e gerar processos de coletivização.

Mas, isso, para mim, é o reflexo da nossa pouca experimentação com associativismo e cooperativismo. Isso é algo do qual precisamos investir muito ainda, por que não temos muita tradição de cooperativismo e associativismo, não temos. (Gestora do Renascer).

Você tem uma política permanente de fomento de cooperativismo e associativismo. Através de algumas Instituições que teriam como missão, isso, a missão é trabalhar com o cooperativismo e o associativismo. Então essa é uma ação permanente, principalmente quando se fala na agricultura familiar e pesca artesanal. (Gestora do Renascer).

Essas práticas associativas e cooperativas geram um processo de mobilização social para o desenvolvimento local, capazes de estabelecer a concertação dos diversos atores sociais. Essas políticas, até o momento, são resultados de demandas pontuais. Não se constituem uma ação resultante de um planejamento integrado. Nesse caso, Callou e Braga (2005) e Neto (2007) fazem

alusão à gestão pautada na autonomia dos grupos locais, assim como na integração das ações articuladas. Nessa direção, assim se refere a gestora do Projeto Renascer:

A gestão de fato dos projetos, de modo geral, é um ponto fundamental. Se não tiver uma boa equipe de gestores, uma boa equipe de técnicos, que trabalhem de forma articulada internamente e com condição e capacidade de decisão no dia-a-dia do acompanhamento, os resultados ficam menos consistentes, não se consegue ir adiante. Do outro lado, é a questão das integrações das ações, especialmente em projetos produtivos. (Gestora do Renascer)

Seja como for, as pescadoras e pescadores buscavam, nas ações do Renascer e Promata, uma alternativa de renda que pudesse melhorar as suas condições de vida. Entretanto, as pescadoras fazem a seguinte avaliação do processo:

Não ficou muito benefício. Porque não deu certo, se a comunidade colaborasse talvez as coisas tivessem sido diferentes. (Pescadora 1- Atapuz).

Deveria ter outro tipo de projeto que desse dinheiro. (Pescadora 2 - Atapuz).

A mesma coisa, não modificou nada. (Pescadora 2 – Barra de Catuama).

Se tivéssemos continuado, seria melhor. (Pescadora 5 – Barra de Catuama).

Acho que o projeto deveria continuar, mesmo com todas as dificuldades e não parar. (Pescadora 6 - Tejucupapo).

Podemos observar por meio desses depoimentos que as iniciativas governamentais de fomentar a participação via setor produtivo nesse projeto, demonstram que as comunidades continuam desassistidas, apesar de todo o esforço do projeto em fomentar ações de desenvolvimento. As opiniões dos técnicos, a seguir, assemelham-se às opiniões das pescadoras:

O projeto não apresentou resultados perceptíveis. As comunidades continuam desassistidas, os projetos financiados pelo Renascer e Promata continuam parados; as lideranças comunitárias continuam nas mesmas. (Técnico social ).

Por que você faz um trabalho de extensão, se você não entra com ações concretas você causa uma frustração, tem uma expectativa, muita vez é melhor você não fazer nada, do que fazer um trabalho

desses, do que criar uma expectativa. Porque, quando você volta, aí é que volta descrédito, coitado do técnico que vai para lá. (Consultor técnico).

Fechando o cerco às questões colocadas, podemos inferir que projeto de desenvolvimento local para contextos sociais desfavorecidos, cujos níveis de organização e participação são, ainda, fragilizados, o esforço de uma ação extensionista deve ser desenvolvida, principalmente no campo da gestão e da organização. Considerando que a ação do Renascer / Promata em Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo buscou se reconduzir as unidades de beneficiamento do pescado, cujo projeto não foi efetivamente pensado pelos pescadores e pescadoras, a fragilidade da participação da comunidade era, por assim dizer, previsível.

#### **4.3 Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo: perspectivas de futuro**

Depois de todas as implementações dessas ações, o que, de fato, ficou para os pescadores e pescadoras? Quais os desafios enfrentados para que essas políticas públicas possam funcionar, efetivamente, depois de todo o trabalho da equipe técnica e da comunidade? As unidades de beneficiamento de pescado construídas nessas comunidades e os grupos que foram capacitados para fomentarem ações de boas-práticas no manuseio do pescado encontram, atualmente, diversas dificuldades para a sustentabilidade desses empreendimentos. As unidades se encontram sem funcionar adequadamente, demonstrando as barreiras que enfrentam um projeto produtivo dessa natureza, que envolve parcerias, capital de giro, associativismo, cooperativismo, comercialização do produto e, principalmente, a organização comunitária dos grupos.

O grupo que foi trabalhado na comunidade de Atapuz ainda tem esperanças que outro projeto dessa natureza possa vir a se desenvolver na comunidade. Nos depoimentos, foi possível perceber o sentimento de grupo quanto à necessidade de mudança. Algumas pescadoras participantes do grupo continuam nas atividades de pesca de forma artesanal. Os produtos que são beneficiados por elas são vendidos para o atravessador. Outras conseguiram emprego na empresa de pesca. De certa forma, esses cursos beneficiaram as mulheres e estas não escondem o desejo de mudança e de serem reconhecidas como profissionais da pesca, apesar da unidade

de beneficiamento continuar com a falta de energia, e seus instrumentos sem serventia.

A representante da Colônia de Atapuz exerce a liderança do grupo que foi capacitado, mas as atividades que desenvolve se limitam a tirar documentos para a aposentadoria e levar documentação para o pescador. Em resumo, ela faz a parte mais burocrática do que política de sua função como representante dos pescadores.

Atualmente nenhum projeto está sendo desenvolvido em Atapuz. Apesar de ter passado todo esse tempo em que o projeto Renascer/Promata foi realizado, ainda resta o desejo das pescadoras em retornar às atividades de beneficiamento, quando assim se expressam técnicos e pescadores:

Em Atapuz, tinha esse sentimento de grupo, esse trabalho com mulheres é mais predispostas a isso, elas são mais grupos. (Supervisora do Promata).

Eu acho que Atapuz era mais sentimento de grupo. (Supervisora do Promata).

Deveria ter outro tipo de projeto que desse dinheiro. (Pescadora 2 – Atapuz).

Ainda temos o prédio e os maquinários. Quando o projeto estava acontecendo a comunidade vendia siri e conseguimos pagar a energia mas não deu para pagar tudo. Por isso o projeto acabou. (Pescadora 2 – Atapuz).

Na comunidade de Barra de Catuama, depois da ação do projeto Renascer/Promata, as participantes entrevistadas ficaram desapontadas com os resultados. Teve uma das participantes que se negou a falar sobre o assunto. Depois em conversa com pessoas da comunidade, eu fui informada que, após o término do projeto, uma pescadora tentou dar continuidade às ações de beneficiamento do pescado, individualizando-se sem obter resultados efetivos.

As mulheres de Barra de Catuama que foram capacitadas pelo Projeto para beneficiar o pescado continuam beneficiando da mesma forma que sempre realizaram. Elas sabem que precisam ter determinados cuidados com a higiene, mas preferem trabalhar de forma artesanal, executando a atividade nas portas ou dentro de suas casas.

Algumas participantes comentaram que ainda escutam dos seus maridos que o Projeto não tinha viabilidade econômica. Não observaram mudança em nada. Continuam trabalhando mais de seis horas entre pegar o marisco, cozinhar e beneficiar o produto de maneira artesanal. Precisam pegar sete quilos de siri com casca, para obter um quilo de produto beneficiado.

As participantes não observam nenhuma mudança efetiva nas suas vidas depois de participarem do Projeto. Continuam trabalhando de forma artesanal, não existe o sentimento de grupo, nenhuma das entrevistadas demonstraram interesse em novos projetos.

Em Tejucupapo, os resultados não são muito diferentes das outras comunidades estudadas. Na unidade de beneficiamento dessa comunidade, parte dela está sendo utilizada para a parte burocrática da colônia. O material adquirido para o beneficiamento do pescado continua sem utilização diária:

O material que veio para o Projeto ainda estão lá. (pescadora 6 – Tejucupapo).

Depois desse projeto tudo parou depois a técnica não veio mais e tudo acabou. (Pescadora 7 – Tejucupapo).

Entretanto, parte do grupo que participou do Projeto, juntamente com o presidente da colônia e secretário do Município de Goiana estão se mobilizando para fundar uma Associação de Mulheres Pescadoras, que tem como objetivo buscar recursos para o grupo de mulheres trabalharem com corte e costura. Esse aspecto pode significar uma alternativa de renda diante da precária atividade pesqueira. Assim se expressa uma pescadora de Tejucupapo:

Que viessem para cá outros projetos que não tivessem relação com a pesca. Na maré, hoje em dia, tá dando pouco, quase não tem pescado, seria outra alternativa de renda. (Pescadora 3 – Tejucupapo).

Alguns técnicos têm uma visão crítica sobre a colônia, se referem a ela como sendo do presidente. A unidade de beneficiamento foi construída dentro do terreno da família do presidente. Talvez isso explique o porquê de estar há tanto tempo como presidente da colônia de Tejucupapo, o porquê de os pescadores ou

pescadoras não se sentirem responsáveis pela unidade de beneficiamento. Assim se expressa a supervisora do Renascer:

Em Tejucupapo, é muito centralizador, as pessoas falam, mas não assumem, falam que o presidente é centralizador, mas, por outro lado, não assumem. (Supervisora do Renascer).

Em Tejucupapo, as pessoas não assumiram que a Colônia é delas, aí tem a distância, o povo fica distante, não assume, a centralização do seu Presidente é muito forte, é uma estrutura muito boa fechada, não adianta de nada. Você tem uma estrutura boa, não tem uma visão de empreendedorismo, eles não têm em Tejucupapo. Como a gente aqui não tem essa fusão de trabalhar a organização, tem que estar em um nível mínimo de trabalho, mas precisa de um trabalho forte, tem que ajudar o presidente sim, que a Colônia é de todos, que a Colônia pode trazer vários benefícios para a comunidade. (Supervisora do Renascer).

Um aspecto a ser observado nas metodologias utilizadas pela equipe técnica do Projeto Renascer/Promata é que elas estavam muito mais voltadas para a questão mercadológica e sanitária do beneficiamento do pescado do que das necessidades imediatas dos pescadores e pescadoras envolvidas com as ações. Nesse sentido, houve certa resistência de algumas pescadoras e do próprio presidente da Colônia, que não concordava com o trabalho que estava sendo desenvolvido pela equipe técnica.

A técnica queria que a gente fosse para a maré para trazer o pescado e aqui na Colônia beneficiar e armazenar. (Pescadora 6 – Tejucupapo).

Mudaria a coordenação do projeto, acho que faltou união, a técnica queria uma coisa e o presidente queria outra. Acredito que o trabalho tem que ter união. (Pescadora 6 – Tejucupapo).

Eu mudaria a forma de execução desse projeto, a técnica queria de um jeito e a comunidade via que não ia dar certo, porque, trazer para unidade de beneficiamento produtos na casca, era mais difícil de beneficiar. Mas a técnica acha que não era correto. (Pescadora 3 – Tejucupapo).

O fato é que as atividades foram executadas por um determinado tempo, mas, depois, não foi possível o trabalho da para finalizar as ações. Houve, nesse momento, um afastamento dos técnicos diante da impossibilidade de continuar o trabalho.

## 5. CONCLUSÕES

Esta pesquisa objetivou analisar as estratégias de comunicação utilizadas pelo *Programa de Combate à Pobreza Rural*, do Projeto Renascer, e pelo *Projeto Peixe de Rede*, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata), nas comunidades de Atapuz, Barra de Catuama e Tejucupapo, no Município de Goiana, Pernambuco. Objetivou-se, ainda, analisar as contribuições desses projetos governamentais para o desenvolvimento local, no âmbito da Extensão Pesqueira, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2006. As questões que permearam este estudo estiveram relacionadas aos resultados obtidos por meio de uma terceirização do serviço de Extensão Pesqueira do Projeto Renascer e Promata nas comunidades pesquisadas e a relação desses resultados com as estratégias de comunicação para a mobilização.

Os dados apresentados ao longo desta dissertação apontam, principalmente, para aspectos corriqueiros vividos pelos contextos populares excluídos do meio rural brasileiro: a fragilidade organizacional dos associados e cooperados na dinâmica das suas entidades de representação social e produtiva. Por maiores que sejam os esforços - teóricos e práticos -, das organizações governamentais e não-governamentais para promover o desenvolvimento social desses contextos desfavorecidos, via mobilização e participação popular, as respostas das comunidades às ofertas de mudança social nem sempre (para não dizer na maioria das vezes) coincidem com os objetivos das organizações promotoras. Aspectos históricos, políticos e sociais explicam, em parte, esse descompasso dos envolvidos nos projetos públicos de desenvolvimento local.

Essas explicações, entretanto, tornam-se mais complexas quando visualizamos o cenário da mundialização dos mercados e das culturas e sua repercussão no território rural e pesqueiro. Estudos no campo da Extensão Rural e da Extensão Pesqueira, como vimos, têm mostrado que as culturas populares, no seu movimento ambivalente de ser e estar e nas suas diferentes e atuais formas de consumo de bens materiais e simbólicos, ressignificam as mensagens canalizadas não apenas pelos meios massivos de comunicação, mas, também, pelas propostas de desenvolvimento das organizações governamentais e não-governamentais. No caso específico das atividades de pesca, cuja tradição no contexto popular brasileiro não saiu do terreno artesanal, e a aqüicultura procura, ainda, o seu lugar nesse cenário, pedir que esse artesanal adquira, num tempo predeterminado, novas



habilidades tecnológicas, mesmo que elas sejam consideradas simples, é esperar o mais comum dos resultados: a descontinuidade dos projetos e as tentativas de recondução dos processos, como observamos ao longo deste trabalho. Por outro lado, o vetor participação, se considerarmos os pescadores do litoral, sabemos que a eles foi negado, historicamente, como em nenhuma outra categoria social, o direito de atuar e dirigir suas próprias associações, as colônias de pescadores.

Nos casos de Atapuz, Barra de Catauama e Tejucupapo, apesar dos esforços dos técnicos e consultores dos projetos Renascer e Promata no sentido de estabelecer formas de comunicação com os pescadores e pescadoras locais, os resultados alcançados parecem insuficientes. As unidades de beneficiamento do pescado – foco central da atuação do Renascer/Promata nessas comunidades – não avançaram, como desejaram os técnicos e gestores dessas organizações. Somam-se a isso aqueles aspectos inovadores da comunicação em relação aos contextos populares, que abordamos há pouco.

Do ponto de vista dos pescadores e pescadoras, os dados revelam que algumas experiências, aprendizado e, até, certo nível organizacional foram logrados, mas não podemos afirmar que esses resultados tenham contribuído, efetivamente, para o desenvolvimento local das comunidades estudadas. Como podemos observar, as potencialidades locais, particularmente a pesca artesanal, não atingiram um patamar econômico que implicasse a melhoria das condições sociais e econômicas dos atores envolvidos. Por outro lado, o tipo de gestão com que se defrontam as colônias de pescadores nas comunidades de Atapuz, Barra de Catauama e Tejucupapo impede, por conseqüência, que as unidades de beneficiamento do pescado cumpram a função para a qual foram destinada: atender os pescadores e pescadoras locais nas atividades de pesca e comercialização do pescado.

Do ponto de vista das estratégias de comunicação utilizadas pelo Renascer/Promata para instaurar um processo de desenvolvimento local em Atapuz, Barra de Catauama e Tejucupapo, podemos concluir que elas ficaram aquém do que determinam os aspectos teóricos pontuados por Rabelo (2003). Dos três personagens principais sugeridos como fundamentais para instaurar processos de mobilização para o desenvolvimento – Produtor Social, Reeditor Social e Editor –, o que ficou em destaque foi a atuação comunicacional dos técnicos do Renascer/Promata, portanto o Produtor Social. Os demais personagens tiveram

papel secundário em todo o processo de redinamização das unidades de beneficiamento do pescado. A partir daí, talvez, podemos explicar, em parte, o frágil nível de mobilização dos pescadores e pescadoras em diversas situações do trabalho de Extensão Pesqueira levado pelos técnicos, bem como as rudimentares articulações com outros parceiros institucionais, além do incipiente embate político dos pescadores e pescadoras com as lideranças dentro das colônias.

Em síntese, podemos dizer que as dificuldades encontradas para o trabalho de Extensão Pesqueira do Renascer/Promata vão desde a frágil habilidade dos associados para tocar uma unidade de beneficiamento como empreendimento econômico, até as dificuldades (históricas) de organização sociopolítica para uma participação mais efetiva na vida das Colônias. Por entre esses fatores, passam, como um fio condutor, as necessidades básicas – legítimas –, e imediatas, de sobrevivência dos pescadores e pescadoras. Como uma espécie de movimento das marés, arremessam-se às colônias quando estas acenam com benefícios (governamentais ou não-governamentais), e recuam (o que é mais comum) quando os benefícios escasseiam essas possibilidades. Acrescente-se a isso, as características do projeto de criação dessas unidades de beneficiamento, que revelaram muito mais se tratar de uma necessidade técnica identificada pelos agentes de desenvolvimento do que mesmo uma necessidade sentida pelos seus potenciais “beneficiários”.

Considerando esses aspectos, parece fundamental levantar algumas questões que poderão auxiliar na montagem de novas estratégias de Extensão Pesqueira e abrir novas perguntas de pesquisa: 1) podemos apoiar o fortalecimento organizacional das associações populares aliado a um projeto produtivo, cujo espaço temporal de execução esteja previamente estabelecido? 2) podem as tecnologias de beneficiamento de pescado não-tradicionais nas comunidades pesqueiras, a exemplo do bolinho de peixe, filé de siri, empadas de siri, risole de siri, serem internalizadas de maneira coletiva em contextos populares fragilmente mobilizados em associações e sem tradição nessas atividades? e 3) é possível as organizações governamentais e não-governamentais desenvolverem parcerias para financiar, capacitar, acompanhar e prestar assistência técnica aos contextos populares nas situações acima levantadas?

Por último, há que se pensar nos avanços e fracassos dos contextos populares e das organizações promotoras de desenvolvimento, em relação às novas demandas de consumo dos contextos populares e sobre os usos que esses contextos fazem das mensagens e propostas de desenvolvimento. Um caminho trilhado nessa direção possibilitará à Extensão Pesqueira abandonar o pólo, histórico da mera transmissão de mensagens e projetos para o pólo do diálogo, da comunicação e do desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. **Revista de Estudo de Comunicação**, São Paulo, n. 6, p. 5-35, set. 1981.

BRASIL.Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_, **Relatório do seminário para elaboração das diretrizes da extensão pesqueira nacional**. Brasília, DF, 2003. (b)

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CALLOU, A. B. F. **Atividades de extensão pesqueira do Projeto RENASCER (PCPR II) em Tejucupapo e Atapuz (Goiania – Pe) – Recife,2006**.

\_\_\_\_\_. **Movimento sociais de pescadores – 1920/1983**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria. 1986.

\_\_\_\_\_. **A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela Missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919 – 1924)**. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo,1994.

\_\_\_\_\_; BRAGA, B. Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local: uma experiência governamental em Pernambuco, Brasil. **Revista Unircoop**, Sherbrooke, n. 4 , 2005.

\_\_\_\_\_; TAU-K-SANTOS M. S. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In PRORENDA RURAL – PE. **Extensão Pesqueira: desafios contemporâneos** . Recife: Bagaço, 2003. p.223-236.

\_\_\_\_\_; TAU-K-SANTOS, M. S. MCINTYRE, J. P; BERGONSI, S. S. S. O cooperativismo pesqueiro no Brasil e linhas de financiamento: uma estratégia de desenvolvimento local? In: CALLOU, A. B. F; TAU-K-SANTOS, M. S. (Org). **Associativismo e desenvolvimento local**. Recife: Bagaço, 2006.

CALLOU, A. B. F. **O ensino da extensão pesqueira no Brasil: desafios atuais.** In: LIMA, J. R. T. de (Org). **Extensão Rural e desenvolvimento sustentável.** Recife: Bagaço, 2003, 146 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório final das atividades de extensão pesqueira do Projeto Renascer (PCPR) em Pernambuco: avaliação, planejamento e resultados.** Recife, 2004.

CAMPANHOLA, C. ; SILVA, J. G. da (Org.). Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: . **O novo rural brasileiro: políticas públicas.** São Paulo: EMBRAPA, 2000.

CARVALHO, F. E. A. **Extensão pesqueira e desenvolvimento local: a experiência da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca do Estado de Pernambuco, 2003 – 2006 –** Dissertação ( Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. POSMEX, 2007.

CAVACO, C. **Turismo e desenvolvimento local.** In: RODRIGUES, Ady. B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94-121.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres.** Salvador: NEIM/Ufba, 1999. Disponível em: <http // [www.agende.org.br](http://www.agende.org.br)>. Acesso em 23 set.2007.

CPRH. **Diagnóstico socioambiental do litoral de Pernambuco.** Recife, 2001.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico do litoral de Pernambuco: relatório final.** Recife, 1998.

\_\_\_\_\_. **Rios e estuários de Pernambuco.** Recife , 1987.

DEMO, P. **Participação é conquistada .** São Paulo: 1996.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on Sinergy. **World Development**, London, v.24 n.6, 1996.

FRANCO, Augusto de. **O lugar mais desenvolvido do mundo: Investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário**. Brasília, D F – Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2005.

\_\_\_\_\_. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 2.ed. Brasília, DF, Millennium – , 2000.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO,L.G. Pesca artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraens Emílio Goeldi, Antropologia**, Belém, n.79, 1981.

GEHLEN, I. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. Programa de Pós-graduação de Sociologia de desenvolvimento Rural e de Agro-negócio da UFRS, Porto Alegre, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

\_\_\_\_\_, **Métodos e técnicas de pesquisa social** – 5.ed. – São Paulo: Atlas, 1999.

JARA. C. J. **Capital humano e Capital Social no desenvolvimento local sustentável**. In: \_\_\_\_\_. **As Dimensões Intangíveis do Desenvolvimento Sustentável**, com a colaboração de SOUTO, Maria Verônica Moraes. Brasília: IICA, 2001.

LEITÃO, W.M. Pesca e políticas públicas, **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia**. Belém, v. 1, n.2, 1995.

LIMA, I. de S. **O Brasil agrário: alguns aspectos sobre as novas ruralidades**. Mídia educativa: Uso do vídeo em escolas agrotécnicas em Pernambuco, ECA – USP, 2000.

MAREN, J-M van. **Méthodes de recherché pour l'éducation**. Montréal: Université de Montreal, 1995.

MELLO, A.F, **Pescadores da indústria**: o complexo de Icoaracy. In FURTADO, L.G.;LEITÃO.W.; MELLO. A.F (Org). Povos da água: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. (Coleção Eduardo Galvão).

NETO, A. B. de A. **Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local**: a experiência do Programa de Combate à Pobreza Rural em Pernambuco. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. POSMEX, 2007.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma** : o que quer dizer desenvolvimento local ? São Paulo: Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

PERNAMBUCO. **Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social e Cidadania. Seminário sobre pesca predatória e poluição. Recife, 1998.**

PERRUCCI, A. E. da C. **Extensão pesqueira, desenvolvimento local e participação popular** : estudo de recepção do programa de combate à pobreza rural pelos pescadores familiares de Tejucupapo, Goiana – Pernambuco. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. POSMEX, 2007.

PROJETO Renascer – Programa de Combate à Pobreza Rural do Estado de Pernambuco – PCPR – II – Projeto Básico – 2000.

\_\_\_\_\_. **Manual de operações do PCPR II**. Recife, 2004 a.

PROMATA - **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco** . Relatório — 2006 - Recife

RABELO, D. C. **Comunicação e mobilização na Agenda 21 Local**. Vitória: EDUFES/FACIEC, 2003.

Recifeguide. Disponível em: <[HTTP://www.recifeguide.com/brasil/pernambuco/Goiana.html](http://www.recifeguide.com/brasil/pernambuco/Goiana.html)> Acesso em: 21 set.2007.

SEPLAN, **Secretaria de Planejamento de Pernambuco**. Boletim dos Municípios, Goiana . Recife: FIDEM, 1987.

SILVA, R. F. da. **Dos rios aos manguezais, caranguejo, peixes e guarás: comunicação para o desenvolvimento local na comunidade agropesqueira de Tamatateua – Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança, Pará.** Dissertação (Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. POSMEX, 2007.

SILVA, A. C. R. de. **Metodologias de pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses.** São Paulo: Atlas 2003.

SIQUEIRA, A. T. de. **Capacitação em boas práticas no segmento da pesca artesanal – Recife – 2005 b.** Apostila.

\_\_\_\_\_, A. T. de. Relatório n 1 – **PROPRURAL RENASCER** - 2006.

\_\_\_\_\_, A. T. de. **Relatório final de consultoria**- **PROPRURAL RENASCER – 2005 a.**

\_\_\_\_\_, A. T. de. **Relatório final de consultoria** - **PROPRURAL RENASCER** - 2005 a. Relatório de 09 de junho de 2005.

SOUZA E SILVA, J. **A Extensão pesqueira no projeto Prorenda rural-PE: o caso da Colônia de Pescadores de Ponta de Pedras Z-03, Goiana-PE.** 2001.147f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2001.

TAUK SANTOS, M. S. Comunicação rural e mercado de trabalho na era tecnológica: o desenvolvimento local está em pauta. In: CALLOU, A.B.F. **Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local.** São Paulo: Intercom; Recife: Bargaço, 2002.

\_\_\_\_\_. **Quando a violência faz parte do contrato: estudo de recepção da Folha de Pernambuco.** In: XXIII CONGRESSO INTERCOM, n°, 2000, Manaus. Manaus: Editora, 2000. 1CD-RM.

TORO, J.B.; WERNECK, N.M. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

YIN, R. K, **Case study research: desing methods.** 2 ed. London: Sage Publications, 1994.

\_\_\_\_\_. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 1989.



VIANNA JUNIOR, A. "**Populações, territórios e recursos naturais**". Belém: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, 1994.

ZAPATA, T. Referências conceituais do desenvolvimento local. **Revista. Sebrae**, Brasília, n.8, mar.2003. Disponível em: <[http://WWW.sebrae.com.br/revistasebrae/08/artigodecapa\\_03.htm](http://WWW.sebrae.com.br/revistasebrae/08/artigodecapa_03.htm)>. Acesso em: 27 abr.2007.

## **APÊNDICE – A – Roteiro de entrevista semi-estruturada com:**

### **1. Técnicos dos projetos Renascer e Promata (Peixe de Rede)**

- Nome do entrevistado?
- Cargo que exerce?
- Quanto tempo você trabalhou no projeto?
- Os comunitários participaram da construção desses projetos?
- Qual foi a forma de divulgar esses projetos?
- Como você avaliar a participação dos comunitários?
- Quais as estratégias utilizadas para a participação desses comunitários?
- De que forma foram desenvolvidas estas estratégias de participação?
- Como foram acompanhadas?
- Quais foram principais resultados?
- Quais foram as dificuldades na execução destes projetos?
- Como esses projetos têm contribuído para o desenvolvimento local?

### **2. Comunitários participantes do projeto**

- Nome do entrevistado?
- Profissão?
- Qual a sua participação na execução deste projeto?
- O que você conhece do projeto?
- Quanto tempo você participou deste projeto?
- Como você ficou sabendo desse projeto?
- Como foram feitas as reuniões para informar desses projetos?
- Se você fosse mudar alguma coisa nesse projeto o que você mudaria?
- Em sua opinião, o que mudou depois desse projeto? Por quê?
- Para o sr. o que ficou de benefício para a comunidade ?
- Os projetos contribuíram para melhorar a vida de vocês? Como?
- O que você gostou quando o projeto estava sendo executado?
- O que você acha que deveria mudar nos próximos projetos?

### **3. Para os Gestores do projeto Renascer e Promata (peixe de Rede)**

- Nome do entrevistado?
- Profissão?
- Qual o cargo que ocupou no projeto? Há quanto tempo?
- Quais foram as suas atribuições? Como foram realizadas?
- Qual o material informativo utilizado para a divulgação desses projetos?
- Como foi realizado acompanhamento desses projetos?
- Como você observa a participação dos comunitários nestes projetos?
- Você acha que as atividades de acompanhamento foram suficientes?
- O que faltou para melhorar a participação dos comunitários?
- O que o projeto precisaria melhorar para alcançar os objetivos?
- Qual a melhor forma de envolver os comunitários nesses projetos?

## APÊNDICE – B – Fotos



Foto 1: Comunidade de Atapuz – Goiana - Pernambuco  
SARAIVA, 2008



Foto 2: Colônia dos Pescadores Z 15 – Atapuz – Goiana - Pernambuco  
SARAIVA, 2008



Foto 3: Área de Beneficiamento do Pescado – Colônia de Pescadores – Atapuz – Goiana - Pernambuco  
SARAIVA, 2008



Foto 4: Pescadores de Atapuz em atividade na pesca - Goiana - Pernambuco  
SARAIVA, 2008



Foto 5: Pescadora com apetrechos de trabalho - Atapuz – Goiana - Pernambuco  
SARAIVA, 2008.



Foto 6: Secagem do peixe - Atapuz – Goiana - Pernambuco  
SARAIVA, 2008



Foto 7: Igreja Nossa Senhora da Penha – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco  
SOTERO, 2008



Foto 8: Associação dos Pescadores – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco  
SOTERO, 2008



Foto 9: Sub-Sede Colônia Z 3 – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco  
SARAIVA, 2008



Foto 10: Caixa de Abastecimento de Água – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco  
SOTERO, 2008





Foto 11: Caçara dos Pescadores – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco  
SOTERO, 2008



Foto 12: Pesca artesanal - Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco  
SARAIVA, 2008



Foto 13: Pesca do siri – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco  
SOTERO, 2008



Foto 14: Beneficiamento artesanal do siri – Barra de Catuama - Goiana – Pernambuco  
SARAIVA, 2008



Foto 15: Monumento em homenagem as heroínas de Tejucupapo – Goiana - Pernambuco

Fonte: RECIFEGUIDE, 2007



Foto 16: Comunidade de Tejucupapo - Goiana - Pernambuco  
SOTERO, 2008



Foto 17: Monumento em homenagem – Maria Camarão – Tejucupapo - Goiana - Pernambuco  
SOTERO, 2008



Foto 18: Colônia de Pescadores de Tejucupapo – Z - 17- Goiana - Pernambuco  
SARAIVA, 2008



Foto 19:Maquinário da Colônia de Tejucupapo Z-17- Goiana - Pernambuco  
SARAIVA, 2008



Foto 20:Marisqueiras de Tejucupapo - Goiana - Pernambuco  
SOTERO, 2008